



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 02/IX-4º/2008

- 1 - Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, pelas 21H15, nas instalações da Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sita na Av.^a da Liberdade, 20, na Trafaria, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, referente ao mês de Dezembro, com a seguinte agenda:-----
 - 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia-----
 - 3 - Período da Ordem do Dia-----
 - 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----
 - 3.2 - Debate sobre o Plano de Mobilidade.-----
 - 3.3 - Apreciação e tomada de posição sobre os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada relativos à Situação de Segurança 2007.-----
 - 3.4 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:-----
 - 3.4.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2009" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2009";-----
 - 3.4.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2009" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2009".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 – Estiveram presentes quarenta e dois eleitos na reunião, (faltou à reunião o Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes;), (não foi substituído o Sr. António Rodrigues Anastácio).-----
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Sérgio Neves Correia Taipas; Maria Luísa Monteiro Ramos; Bruno Ramos Dias; José Luís Abreu Leitão; Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; André Vieira Pinharanda Delgado; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; José Gabriel Guiomar Joaquim; Paula Cristina Loureiro Coelho; António Henrique Rodrigues; Roseiro Ruben José de Almeida Martins Raposo; Maria José Bruno Esteves; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Amadeu Dinis Vaz; Caetano da Conceição Rolo; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe da Cruz Pereira; Fernando



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; José Mário Castelhana Ferreira; Fernando Jorge Amoreira Fernandes e Francisca Luís Baptista Parreira.-----

4 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

4.1 – Usou da palavra o Exm.º Senhor Município João António Dias da Fonseca - em representação do White Sharks Almada Basebol Clube, morador na Rua Avelino Cunhal, nº 12 - 2820-046 Charneca de Caparica.-----

4.1.1 - O Exm.º Senhor Município João António Dias da Fonseca:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Em primeiro lugar apresento os meus cumprimentos a toda esta Assembleia. Represento o Clube de Basebol White Sharks de Almada, da Escola Secundária Emídio Navarro, e em primeiro lugar e já que estou aqui aproveito para vos agradecer e a estes órgãos autárquicos pelo trabalho que têm desenvolvido. Os nossos agradecimentos por isso. As novas tecnologias têm estas coisas e hoje fizemos uma pesquisa no portal da Câmara Municipal de Almada que muito nos orgulha, em que registamos das palavras da Sr.ª Presidente o seguinte, e passo a citar: "Em Almada a acção do Governo Local e a participação de todos, constitui uma fundamental alavanca de progresso e instrumento de construção de um tempo e um espaço onde cada vez mais se possa cumprir os sonhos e ambições de todos os cidadãos". É por isso que nós estamos aqui pelo sonho de um conjunto de jovens que está além atrás, é por esse sonho que eu hoje estou aqui e venho trazer este projecto. Estes jovens pretendem um campo para praticarem condignamente a sua actividade.-----

Também temos consciência que têm acompanhado como Autarcas, o percurso desta equipa. Ela tem aparecido em todos os órgãos de Comunicação Social, não só autárquicos como no Jornal de Almada, como até em jornais de expressão Nacional. Estão este ano a fazer o seu quinto aniversário e através da competência dos seus técnicos e do empenho dos seus atletas eles chegaram este ano ao topo a nível Nacional, no percurso nacional. Eles foram campeões nacionais da modalidade em termos de seniores. Eu gostaria que fosse mostrada a taça que conquistaram, foram Campeões da Taça de Portugal, foram convidados para participar num Torneio Internacional, também o conquistaram e finalmente vieram fazer um Torneio do 5º Aniversário que também conquistaram. Estes jovens, este ano fizeram o pleno a nível Nacional. Eu não conheço mais nenhuma modalidade em que o Estandarte de Almada tinha sido levantado no seu mais alto nível. Infelizmente eles não jogam futebol, infelizmente a paixão deles é o Basebol. É um Clube já com alguma dimensão, uma dimensão considerável, já tem cerca de cento e vinte sócios, tem cerca de sessenta ou setenta participantes distribuídos pelos seniores, juniores, e equipas femininas. Tem cento e vinte participantes também de desporto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

escolar, multiplicam-se e distribuem-se em acções de formação com várias camadas, com várias escolas, com várias faixas etárias. Participaram desde o primeiro momento nos Jogos de Almada. Além desta vertente, eles investem na formação e estão a trabalhar conjuntamente com as Escolas do 1º Ciclo para construir uma pirâmide sólida desta modalidade. É um Clube que quer crescer, é um Clube que quer aperfeiçoar, mas não o pode fazer porque efectivamente lhe falta o essencial neste momento que é um campo para jogar a modalidade que eles gostam. Apostar nestes jovens, não vale a pena dizer, a Sr.ª Presidente também comunga desta mesma ideia, é um investimento seguro. A Juventude hoje em dia procura modelos, eles estão aqui à nossa frente, eles têm andado cinco anos a treinar em sítios completamente distantes, na Costa de Caparica, na Escola Secundária onde nós pertencemos, Emídio Navarro, no Campo Municipal, têm andado a saltar de lugar para lugar. É um Clube com grande potencial de crescimento uma vez que o site que eles têm activo recebe diariamente centenas de participações, têm novos adeptos, mas efectivamente é difícil nós podermos progredir, nós podermos trabalhar.-----

Concluindo, nós vimos deixar aqui um projecto que eles próprios idealizaram e construíram, e acho que isso é extremamente valioso, e apelamos a Almada Cidade Educadora, Almada Cidade do Desporto e da Cultura, pedimos para transformar o sonho destes jovens em realidade e deixa-los acreditar que estão em Almada na Margem certa do Rio."-----

4.2 – Usou da palavra o Exm.º Senhor Município José Leal Pedro, morador na Av.ª 25 de Abril, nº 10 - 2825 Trafaria.-----

4.2.1 - O Exm.º Senhor Município José Leal Pedro:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu só venho fazer uma pergunta e gostava de ouvir a resposta.-----

Qual é o motivo que a Assembleia Municipal de Almada não quer que os residentes da Trafaria assistam à Assembleia?-----

Não encontro na Trafaria um Edital afixado de que havia Assembleia hoje. Calhou passar aqui hoje e vi que há a Assembleia. Em lado nenhum vejo Edital afixado a dizer que há Assembleia.

Qual é o motivo que a Assembleia não afixa um Edital?"-----

4.3 – Usou da palavra a Exm.ª Senhora Município Maria José Oliveira das Neves Cruz, morador na Casa 137 - 2º Torrão - 2825 Trafaria.-----

4.3.1 - A Exm.ª Senhora Município Maria José Oliveira das Neves Cruz:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Na Trafaria (1º e 2º Torrão) existem casas das quais os ocupantes pagam uma renda mensal/anual ao Porto de Lisboa, curiosamente alguns pagam também IMI numa propriedade que é deles e que foram obrigados pela PT a registar nas Finanças para terem telefone.-----
Este ano (em Maio) surgiram cartas da APL onde diziam que deixávamos de ter licença de uso a partir de Janeiro de 2008 e após isso seria facturado como indemnização pelo uso indevido, remetendo o segundo parágrafo da carta para um Protocolo com a Câmara Municipal.-----
Em Novembro recebemos uma carta com o valor da indemnização a pagar a partir de Janeiro de 2009 até efectiva entrega da parcela e sem prejuízo da necessidade de desocupação coerciva.-----

Alguns de nós tememos que tudo isto tenha a ver com os contentores.-----
Gostava que a Câmara Municipal nos esclarecesse se têm conhecimento desta situação e quais as perspectivas a curto e médio prazo para os moradores que se encontram em eminência de a APL os mandar sair e também as perspectivas a curto e médio prazo para a zona.-----

É também voz corrente nesta Freguesia que os projectos do RECRIA são fruto do trabalho da Junta de Freguesia.-----

Gostava de saber se isto tem alguma coisa de verdade?-----

Fala-se também que o Quartel do BISM foi vendido e que vai ser lá construído um condomínio fechado ou um hipermercado.-----

Gostava de saber qual a verdade disto e até que ponto estas duas construções podem ser feitas?-----

Agora em vez de uma pergunta fazia um pedido.-----

Na Estrada Nacional 377, antes do cruzamento da Cabra Assada os camiões além de ocuparem a faixa de estacionamento também ocupam ao mesmo tempo a faixa de rodagem, fazendo fila dupla sem deixar espaço entre eles, obrigando os outros condutores a fazerem alguns metros em contra mão.-----

A Câmara Municipal não pode fazer uma chamada de atenção ou pedido às autoridades competentes relativamente a esta situação?-----

Muito obrigada, boa noite, Bom Natal para todos e que 2009 nos traga melhores condições de vida."-----

4.4 – Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Manuela Santos, morador na Rua 5 de Outubro, Pateo 47, nº 9 - 2825-849 Trafaria.-----

4.4.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Manuela Santos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Vou com assiduidade às Assembleias de Freguesia e certas coisas que lá ouço deixam-me a pensar, por exemplo: sobre o cais de embarque, eu sei que as obras eram reivindicadas há muitos anos, algum dia tinha de ser feita, só que nas Assembleias de Freguesia, quando o Executivo fala nas coisas que são feitas, dá a impressão que contribuiu para elas, mas se assim foi, fosse de que maneira fosse, não a fiscalizou bem, porque antes ia-se ao café via-se a margem direita do rio e agora vê-se só betão, sei que tinha que haver uma protecção por causa das marés, mas uma muralha de cimento? Porque não havia de ser um material transparente?-----

No Jornal Margem Sul, de 31 de Outubro a Sr.^a Presidente da Junta pôs defeitos em tudo o que a Câmara Municipal de Almada propõe - por exemplo a ciclovia, diz que não era prioritário, porque quem passa fome não tem dinheiro para comprar uma bicicleta, concordo, mas a culpa não é da Câmara, é do bom governo que nós temos, é ele que tem que olhar por tanto desemprego, foi o Governo P.S. que enganou os eleitores que votaram neles, e aí pagamos todos porque dá aos ladrões milhões e devia fazer uma distribuição melhor daquilo que há.-----

Também é contra a Escola de Hotelaria e diz no dito jornal que a Administração Central já tinha tomado as suas decisões e o Executivo da Junta concordou, será por não achar que a Trafaria não merece?-----

É preso por ter cão e preso por não ter.-----

Se a Câmara Municipal de Almada tivesse pensado noutro investimento para o presídio possivelmente seria levantado o mesmo problema, só para contrariar.-----

Mas Sr.^a Presidente continue a lutar pela Escola pois a população da Trafaria merece. Também há uns bons anos o Concelho não tinha uma Universidade e hoje tem.-----

Também me surpreendeu ver os trabalhadores da Junta a pintar os bancos, os gradeamentos do Jardim e o corrimão e uma tabuleta a dizer obra a cargo da Junta, esse trabalho nesta altura do ano, por causa da humidade, será que estas pinturas são da competência da Junta ou existe contrapartidas da Câmara Municipal de Almada. Gostava que nos explicasse, porque o que é feito mesmo não sendo verbas da Junta é sempre reivindicado como seu. Acho que a Câmara Municipal de Almada e os SMAS também têm que assinalar para nós sabermos a verdade, todas as coisas que fazem.-----

Por exemplo, foram prédios pintados e quando eu disse a alguém da população, até que enfim se resolveram a pintar, disseram-me foi a Junta. Admirei-me e respondi que o meu filho mora no Concelho e recebeu uma carta da Câmara Municipal de Almada a elucidá-lo da obrigação da conservação da casa e quem tratasse da conservação tinha um desconto no IMI, e isso também foi dito aqui nesta sala na última Assembleia Municipal.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Gostava que nos dissesse alguma coisa sobre o que expus, pois às tantas até chego a pensar, estará a Câmara Municipal de Almada zangada connosco?-----

Peço desculpa da minha intervenção desordenada, mas o que ouço dentro e fora da Assembleia de Freguesia, saio de lá mais enervada do que quando entro. Obrigada pela paciência que tiveram em me ouvir. Bom Natal para os presentes e ausentes e um 2009 melhor que os anos anteriores."-----

4.5 – Usou da palavra a Exm.^a Senhora Múncipe Maria de Fátima dos Santos Leal Sousa, moradora na Quinta da Corvina, nº 2 - Estrada Militar - Vivenda Tininha - 2825-832 Trafaria.-----

4.5.1 - A Exm.^a Senhora Múncipe Maria de Fátima dos Santos Leal Sousa:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sou residente na Quinta da Corvina. Alguns dos meus filhos e os meus netos frequentaram a Escola Básica da Corvina e estou muito satisfeita porque a Câmara de Almada vai construir uma escola nova.-----

A escola que temos é velha e funciona em condições que não são as melhores - os pavilhões são pré-fabricados e foi aumentada como era possível, mas as nossas crianças e o pessoal da escola e os professores merecem uma escola melhor.-----

Há muitos anos que se fazem coisas muito bonitas naquela escola, com a colaboração de todos, dos professores, dos empregados, dos pais das crianças e da Câmara Municipal.-----

É o Carnaval, são as Marchas Populares, é a Festa de Natal, do Fim do Ano Lectivo, são muitas actividades que ajudam muito as nossas crianças.-----

Só ouço dizer que na Trafaria não se faz nada, mas parece que não é bem assim ou há pessoas que só dizem o que lhes interessa a elas.-----

Por isso eu quis aproveitar a Assembleia que é na Trafaria para agradecer à Câmara Municipal de Almada ir dar melhores condições às nossas crianças, com a construção da nova Escola da Corvina."-----

4.6 – Usou da palavra a Exm.^a Senhora Múncipe Margarida Prieto, moradora na Estrada Povo da Raposeira, nº 55, Raposeira - 2825 Trafaria.-----

4.6.1 - A Exm.^a Senhora Múncipe Margarida Prieto:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Há vários anos que habito na Freguesia da Trafaria, sazonalmente, terra onde durante muitos anos tive a minha habitação permanente e onde hoje vive um dos meus filhos.-----

Ao longo de vários anos ouvimos que existem por parte da Câmara Municipal intenções de reabilitar o território e de requalificar as zonas de bairros degradados e clandestinos existentes na Trafaria, realojando as pessoas que ali vivem, mas até hoje, decorridos 32 anos de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Democracia e de Poder Local Autárquico nada vamos fazer ou sabemos quais foram os passos seguros dados pela Câmara Municipal para concretizar as suas intenções.-----

São escassos os investimentos feitos neste território, e o que é verdadeiramente importante o crescimento e reabilitação urbana permanecem por fazer. No entanto, pequenas obras vão sendo feitas arrastando o nosso sentimento de abandono porque mesmo estas quando concretizadas denotam a falta de interesse da Câmara Municipal.-----

Refiro-me, em concreto, à obra da ciclovia que por si só seria requalificante da Av.^a 25 de Abril e da Freguesia se não estivesse a ser concretizada da forma como está.-----

A Av.^a 25 de Abril já foi retalhada por várias vezes nos mesmos troços e locais, executando-se trabalhos que logo a seguir se repetem sem entendermos porquê; a sinalização dos locais em obra é e foi claramente deficiente colocando em vários riscos os transeuntes; os materiais utilizados nas rampas e passadeiras apresentam sinais de destruição fruto da deficiente colocação; as lombas ao longo do percurso já provocaram vários danos em veículos; a calçada existente apresenta buracos ao longo de toda a sua extensão; a curva sinuosa no início da Estrada Nacional empurra os veículos para fora da via; a inexistência de desnível entre a zona pedonal e a via poderá ocasionar acidentes não desejáveis e, não bastando tudo isto, temos uma obra interminável não se sabendo para quando a sua conclusão já que sabemos, isso sim, que não ficou pronta no tempo previsto.-----

Poderiam aqui ser colocadas várias questões, no entanto, porque não pretendo tomar-lhes muito tempo apenas pergunto:-----

1. Quem fiscaliza esta obra, garantindo que ela está a ser cumprida e que os dinheiros públicos estão a ser bem aplicados?-----

2. Para quando o fim dos incómodos que ela nos tem provocado?-----

Boa noite e agradeço a Vossa atenção.-----

Só um pequeno aparte, Sr.^a Presidente gostava que falasse um pouquinho, se pudesse, da situação das Abas da Raposeira."-----

4.7 – Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município Jorge Simões - em representação da Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, Arsenal do Alfeite - Alfeite - 2810-001 Almada.-----

4.7.1 - O Exm.^o Senhor Município Jorge Simões:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, ao longo das últimas Assembleias Municipais, tem vindo a denunciar o comportamento deste Governo para com os representantes dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, ao lhes vedar o acesso à discussão



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sobre o futuro do estaleiro de reparação e construção naval da Marinha Portuguesa, e tendo estes sempre alertado para o perigo de se verem confrontados com factos consumados.-----

Pois bem, neste momento a Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, vem junto desta Assembleia Municipal, precisamente denunciar e confirmar os seus anteriores receios sobre a prática de um Governo que do alto da sua maioria absoluta, atribuída pelo voto no sentido de mudança de políticas, em relação ao anterior Governo, se prepara para cometer mais um atentado contra o que deve ser o serviço público do Estado, ao encerrar o Arsenal do Alfeite, criar uma nova empresa inicialmente com capitais públicos designada Arsenal do Alfeite S.A. integrada na holding do Estado para as indústrias de defesa a EMPORDEF, tendo como consequência imediata a redução de postos de trabalho, dando tudo isto como facto consumado.-----

Estamos perante uma decisão tomada por pessoas que nunca cruzaram os portões daquela unidade fabril do Estado que tem servido a Marinha ao longo de gerações do Concelho de Almada, e que não demonstram o mínimo conhecimento da importância e da especificidade que o Arsenal do Alfeite tem para a Marinha e para o Concelho de Almada, assim como o aproveitamento das suas reais capacidades, sem necessidade de se enveredar por caminhos obscuros e aventureiristas como são as soluções apontadas pelo Ministro da Defesa.-----

A Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, está frontalmente contra as medidas agora anunciadas, mais que não fosse pela hipocrisia demonstrada por este Governo através das afirmações do seu Primeiro Ministro José Sócrates, quando nos meios de comunicação social, vem defender como prioridade o emprego, e se prepara para reduzir cerca de 400 postos de trabalho, senão mais, no Arsenal do Alfeite, com todas as consequências quer para os trabalhadores e suas famílias, quer para o próprio Concelho de Almada.-----

O que se prepara é, para além de mais uma desresponsabilização do dever do Estado, neste caso para com a Marinha, é continuar a apostar na desvinculação dos trabalhadores ao funcionalismo público, empurrando-os para contratos individuais de trabalho com a consequente perda de direitos e segurança no trabalho, como se tais pressupostos passassem a ser só direito de alguns "jobs for the boys" que instalados nos partidos do poder, rodam entre a política e as empresas, a exemplo dos vários administradores da EMPORDEF, basta consultar os currículos.-----

Porque o que está hoje em causa é tão somente a maior empresa do Concelho, apelar-se às concelhias dos partidos nacionais com assento na Assembleia da República, que tomem posição pública na defesa desta secular unidade fabril de vital importância para o desenvolvimento industrial sustentável da nossa região.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A todos que têm acompanhado o evoluir desta situação dizemos que os Arsenalistas não irão baixar os braços e aceitar como facto consumado aquilo que o Governo está a destinar para o futuro do Arsenal do Alfeite, e irão continuar a lutar por um Arsenal do Alfeite público ao serviço da Marinha, do País e dos trabalhadores."-----

4.8 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Mário Santos Albuquerque, morador na Av.ª Almirante Gago Coutinho nº 84, 2º Torrão - 2825 Trafaria.-----

4.8.1 - O Exm.º Senhor Município Mário Santos Albuquerque:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu vou ser breve porque o que eu tenho para dizer é muito rápido.-----

É a respeito da luz no 2º Torrão. Eu vivo numa casa do Porto de Lisboa onde pago os meus impostos, onde pago a minha renda ao Porto de Lisboa e pago a luz à EDP.-----

Falta-nos a luz todos os dias, hoje não foi às 07H30 como é costume foi às 07H50, eu tenho a impressão, não quero ofender ninguém, não sou contra as barracas, mas as barracas que vivem em frente às nossas casas têm luz a esbanjar, a iluminar os terrenos que eles têm à volta das barracas, e nós pagamos e não temos a luz. Falei com alguém da EDP e disseram-me que a Junta e a Câmara e a EDP, têm um acordo por causa daquela luz. Portanto, eu pago, tenho aqui os recibos da luz como pago. Um fax que mandei ontem de um electrodoméstico que avariou é comida que se estraga. Eu só pedia que me dissessem a quem é que eu tenho que ir mais? Já disse à comunicação social também. Nós pagamos e não temos luz, e tenho a sensação que voltei ao tempo antigo que sofri antes do 25 de Abril e que estou a começar a sofrer. Vai-me custar dizer isto mas tenho mas tenho que dizer. Eu dá-me a sensação que, sou um preso político já sofri antes e estou a sofrer outra vez, sou um preso político, às 07H30 sou obrigado a recolher e quando venho à rua (eu peço desculpa) só vejo pessoas de cor, dá-me a sensação que estou no Tarrafal. Eu, dá-me essa sensação. Eu pago os meus impostos, pago a minha luz e chego às 07H30, 07H45 não tenho luz, sou obrigado a ir para a cama. Portanto, os empregados da EDP, quando vão lá meter os fusíveis passadas três horas, ainda dizem, que os encarregados deles dizem, vocês para ali vão lá no último caso. Nós pagamos e tenho aqui vizinhos que sofrem da mesma coisa. Desejo um bom Natal a todos e espero que não seja mais preso político a partir de agora."-----

4.9 – Usou da palavra a Exm.ª Senhora Município Maria Jesus Ribeiro Gomes, morador na Av.ª Almirante Gago Coutinho, nº 79, 2º Torrão - 2825 Trafaria.-----

4.9.1 - A Exm.ª Senhora Município Maria Jesus Ribeiro Gomes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Vou ser rápida também, faço das palavras do meu cunhado que acabou de dizer agora, as minhas. Estou nas mesmas circunstâncias dele, tenho crianças em casa e inclusive eu já disse à EDP que quando faltar novamente a luz, eu vou para um hotel e apresento lá a conta. Eu quero que os Srs. me digam qualquer coisa no fim desta reunião, quais são os passos que eu tenho que dar, qual é a volta que tenho que dar por ter electricidade em casa. Porque estou a pagar uma coisa que não estou a usufruir, e os outros que não pagam, não tem impostos como deve ser, não têm nada, têm tudo o que querem. É só essa a razão que me fez vir aqui esta noite. Agradeço profundamente e é urgente que me digam onde tenho que me dirigir, porque uma vez dirigi-me à Câmara Municipal por causa da habitação, fizeram de mim ping-pong, e eu não quero ser novamente uma bola, porque eu sou um ser humano como toda a gente que está aqui nesta sala. Eu só exijo uma resposta, se não se importam que me dêem hoje, para eu dar os passos necessários, mas não façam de mim ping-pong."-----

4.10 – Usou da palavra o Exm.º Senhor Município António Tavares, morador na Rua Helena Félix, nº 34 1º Esq. - 2820-595 Charneca de Caparica.-----

4.10.1 - O Exm.º Senhor Município António Tavares:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O Movimento Uma Charneca para as Pessoas é um movimento espontâneo de cidadãos que pretende contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Charneca de Caparica. Este Movimento pretende defender acima de tudo o desenvolvimento sustentado da Freguesia, tendo sempre em primeira linha de conta, a preservação dos variados recursos naturais existentes na Charneca.-----

Desse Movimento surgiu um Núcleo (que aqui represento) cujo objectivo maior, é a conclusão do projecto de urbanização da Quinta do Texugo. A não conclusão deste processo, que se arrasta há cerca de 15 anos, tem tido consequências graves na vida dos moradores da urbanização, nomeadamente no que respeita ao decréscimo da sua qualidade de vida e à desvalorização das suas habitações.-----

As questões que hoje vimos colocar são já do conhecimento deste Executivo através das nossas recentes participações nas Assembleias Municipais. Hoje, e na sequência das sugestões do Executivo, vimos colocar as mesmas questões em busca de respostas mais concretas e de, quem sabe, um finalmente para a Quinta do Texugo.-----

Assim, as questões que apresentamos são:-----

O que sucedeu à Escola Secundária proposta no Alvará de loteamento da Quinta do Texugo implantada na área de cedência para domínio público?-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Se já estava prevista na Carta Escolar do Ministério da Educação, onde foi implantada a Escola? Se não estava prevista porque é que foi especificada no projecto?-----

Como é que esta área de cedência para domínio público, definida no loteamento da Quinta do Texugo passa a ser área privada e novamente loteada? Em que moldes foi feita esta alteração, se no processo de loteamento (acessível ao público) não existem quaisquer documentos que assim a justifiquem?-----

As cotas topográficas do novo loteamento estão em concordância com as cotas do loteamento da Quinta do Texugo? Os desníveis de estrada que já são visíveis no terreno, não influenciarão a altura dos prédios pondo em risco a respectiva cota de soleira dos edifícios existentes?-----

O PDM de Almada aprovado desde 1997 prevê um traçado viário posteriormente chamado de via turística. Ora, dado que a via turística foi chumbada em Acórdão do Supremo tribunal Administrativo, como é que a área de domínio público do alvará de loteamento da Quinta de Santa Teresa prevê a via turística? Existe outro projecto para a via turística? Mantém-se a intenção de executar a via turística?-----

Muito brigada."-----

4.11 – Usou da palavra o Exm.º Senhor Munícipe Florentino Alves, morador na Rua da Falésia ao Fóni, nº 13-A - 2820-012 Charneca de Caparica.-----

4.11.1 - O Exm.º Senhor Munícipe Florentino Alves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Da mesma forma que venho reivindicar para a minha Charneca de Caparica algumas coisas, umas que se fazem outras que não se fazem, dizia eu, da mesma forma venho hoje agradecer à Sr.ª Presidente. Na última Assembleia Municipal, foi dito por mim que na Av.ª da Eira existiam lombas extremamente altas provocadas por raízes dos Pinheiros, passados oito dias estavam os serviços da Câmara a rectificarem a estrada e quero agradecer-lhe isto. Gostaria de deixar mais uma nota. A Escola de Marco Cabaço tem telhados com uma matéria que todos nós sabemos que é lusalite, portanto, portanto com amianto, não custará muito dinheiro Sr.ª Presidente, por favor as crianças que lá estão são muitas, mande retirar, mande substituir aquele telhado."-----

4.12 – Usaram da palavra em resposta aos Srs. Múncipes, a Sr.ª Presidente da Câmara e os Srs. Deputados Municipais António Mendonça Mendes; Luís Filipe Pereira; Bruno Dias e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

4.12.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Queria deixar aqui uma palavra de muito apreço ao Professor Fonseca e ao professor Lucas, de terem trazido até nós esta Equipa de Campeões que nos orgulham a todos e têm levado o nome de Almada bem alto com as suas vitórias, com o seu trabalho, com o seu empenho e que têm feito destas modalidade uma verdadeira escola também para a cidadania. Tivemos ocasião de ter numa Reunião já na Câmara Municipal, o Professor Lucas, a Presidente do Conselho Directivo da Escola Emídio Navarro, o Sr. Vereador António Matos, ficamos à espera do projecto, hoje vocês vieram aqui entrega-lo perante toda a Assembleia Municipal, queria também felicitar-vos pelo trabalho feito e a partir de agora cabe-nos ir olhar com uma lupa para o território e vermos o que é que temos de património da Câmara que se possa adoptar a este projecto. Não é fácil todos sabemos e o Professor Lucas também já sabe disso, portanto, de facto há exigências do ponto de vista da topografia e etc., da orientação que se colocam, mas uma coisa é certa, não deixará de haver empenho, haver trabalho de modo a que se possa esgotar até ao limite dos limites toda a abordagem e toda a análise de modo a que sendo possível que se encontre a solução, porque vocês merecem, e nós sentimos que é nosso dever acompanhar este grande projecto que já aqui o disse, não é só um projecto desportivo, mas também um projecto de educação, de educação para a cidadania. Portanto, bem hajam, continuem Campeões porque nós vamos continuar a torcer por vocês.-----

Queria em relação às questões aqui trazidas sobre a Trafaria dizer que esta questão do 1º e do 2º Torrão, estas áreas merecem duas abordagens, por um lado, as questões relacionadas com a precariedade das instalações ali existentes e portanto diálogos que se têm estabelecido pela Junta de Freguesia, pela Câmara Municipal e pela Associação de Moradores desde sempre do tempo da ex-Presidente Antónia Lopes, passando pelos outros colegas que seguiram, até à actual Presidente da Junta, Presidente Francisca, e de diálogos com todos no sentido de se resolverem problemas que vão sendo colocados nomeadamente de notificações que são apresentadas quer pela EDP, quer pela própria APL, de modo a que as situações sejam percebidas e analisadas pensando nas pessoas, porque há ali pessoas que estão a residir em condições de facto menos adequadas, mas é a residência que têm. E portanto é necessário ter em conta que são pessoas que têm as suas vidas e não pode ser de qualquer maneira que se intervém naquele território. E penso que se tem percebido pela compreensão da APL, a compreensão da EDP, para os problemas ali existentes. Todos têm direito, todas aqueles que vivem em casas precárias porque são cidadãos como os outros, têm direito a ter vida própria, têm direito a ter necessidades básicas asseguradas, como naturalmente por maioria de razões têm direito aqueles que têm uma situação normal, e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

portanto pagam as suas rendas, e têm a sua casa perfeitamente legalizada e normal, e têm os seus contratos com a EDP. E portanto aqui digo já que não há ping-pong, o que tem de haver é junto da EDP e reclamar, e exigir os direitos que se tem, como eu na minha casa se tiver problemas relativamente ao abastecimento de electricidade tenho um contrato e tenho que exigir à EDP que cumpra o contrato que tem comigo e que abasteça com normalidade de luz porque o contrato assim obriga a entidade fornecedora. Portanto, não é a Câmara que resolve esta questão relativamente a quem tem um contrato firmado com um operador, seja este ou outro qualquer, naturalmente nos nossos diálogos nós não deixamos de fazer eco das preocupações que nos chegam. Fazemos e fazemos sempre. Mas há aqui um direito muito próprio de quem tem um contrato e portanto tem que naturalmente fazer valer os seus direitos directamente junto da entidade contratante.-----

Relativamente ainda ao 1º e 2º Torrão, há outro tipo de questões, há o realojamento daquelas famílias, este tem sido um assunto recorrentemente abordado aqui na Trafaria em vários momentos, nomeadamente no quadro de colaboração no Estudo de Enquadramento Estratégico, da Costa da Trafaria, em que foi claramente informado a todos os presentes que a Câmara Municipal no âmbito de um contrato que tem com proprietários destes territórios, salvaguardou a possibilidade de virem a ser construídas casas para realojar as famílias dentro da Trafaria. Foi uma exigência que se fez nesse contrato, que fossem construídas casas dentro da Trafaria para realojar as famílias, estes processos não são processos rápidos, são processos morosos, mas que naturalmente ao terem sido celebrados esses acordos e esses contratos, terão que ser executados e a seu tempo os resultados serão alcançados. O próprio Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria, salvaguarda exactamente essa situação de realojamento das famílias. neste momento estão em elaboração cinco Planos de Pormenor para a Trafaria no seguimento do Estudo de Enquadramento Estratégico que por várias vezes foi objecto de Plenários muito participados aqui nesta colectividade pelo povo da Trafaria. O estudo foi concluído os projectos âncora foram assumidos por todos e deu-se lugar então à elaboração dos cinco Planos. Há três Planos que estão já numa fase bastante avançada e que há dias foram apresentadas as primeiras ideias ao nível dos cenários ao grupo dos actores políticos, ou seja da Câmara, da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia dando já nota do caminho que se está a fazer e ouvindo para melhor se concertar e consensualizar as soluções. Este processo vai prosseguir e a população da Trafaria será como foi prometido oportunamente ouvida relativamente às soluções que forem sendo delineadas. O resultado deste trabalho nós desejamos que possa vir a ser a aprovação pelos Órgãos Autárquicos Locais dos Planos de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pormenor e depois também a sua publicação e ratificação e que não haja nada que venha a pôr em causa aquilo que os Autarcas estão a fazer relativamente a este território, porque quando eu abro o Jornal o "Público" e leio, hoje vejo aqui na primeira página novo contrato do Terminal de Contentores de Alcântara pode ser inconstitucional, e depois vejo aqui na página quatro uma entrevista ao Sr. Presidente da APL, em que ele diz aqui, tudo aponta para que a Trafaria seja uma plataforma a desenvolver e trabalhar, mas tem de lá estar o comboio. Eu continuo a ter muito receio destes processos e muito receio penso que fundado, porque quando há declarações desta natureza é porque as coisas não estão arrumadas e portanto não temos um problema ultrapassado. Portanto, vamos ver quando os Planos estiverem em condições de passar à concertação com todas as entidades porque é isso que vamos ter que fazer. Se as entidades da Administração Central não inviabilizam as soluções que nós estamos a construir e portanto naturalmente cada um tem que assumir as suas responsabilidades, aqui já estamos num campo político-partidário, portanto cada Partido onde está e tem competências e tem responsabilidades, naturalmente tem que as assumir de uma forma clara e objectiva para que não hajam confusões na população, portanto temos que perceber quando chegarmos ao momento e eu desejo que não hajam obstáculos à aprovação dos Planos de Pormenor por via desta questão, de um Terminal Portuário na Trafaria. Mas temos naturalmente que a seu tempo cada um assumir as suas responsabilidades. E as responsabilidades são políticas, são Partidos Políticos e os Partidos Políticos estão na Câmara, estão nas Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais, estão na Assembleia da República e estão no Governo. E portanto, esta é uma questão que temos todos que estar com muita atenção, porque não basta dizer-mos que estamos com a população da Trafaria, temos que fazer alguma coisa para que a população da Trafaria possa ser ganhadora neste processo e não lhe acontecer o mesmo que aconteceu com o Terminal Cerealífero que foi decidido por quem foi decidido e depois temos umas lágrimas um bocado grandes quando falamos destas coisas, mas a responsabilidade está em quem a tomou. Portanto, estamos a trabalhar cinco Planos de Pormenor, três deles podem ficar inviabilizados se o Terminal de Contentores for imposto à Trafaria, dois outros Planos no âmbito dos quais serão desenvolvidos os processos de construção, de habitação social e o respectivo realojamento.-----

Também queria dizer que não conheço que o BISM tenha sido vendido a quem quer que seja. Para aquele território como para a Corvina estão então em desenvolvimento os processos de Plano de Pormenor. Os termos de referência foram publicitados e são muito claros relativamente aquilo que se define para estas áreas como usos, mas não são os termos de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

referência que constituem o Plano de Pormenor. Os pontos de referência é o ponto de partida, e o Plano de Pormenor há-de resultar de trabalho técnico que já tem subjacente o Estudo de Enquadramento Estratégico discutido com a população e depois a intervenção da população, dos actores políticos e de todas as entidades institucionais com competências neste território, e são muitos, todos nós sabemos que são muitas as entidades com competência aqui que não nos têm deixado fazer nada na Trafaria e para fazer alguma coisa aqui na Trafaria, é uma carga muito grande de trabalhos. Também queria dizer que não há aqui nada decidido de supermercado, condomínio, nada disso está decidido, não sei onde é que isso foi inventado, nem sequer no Estudo de Enquadramento Estratégico isto lá está. O Plano há-de ser aquilo que todos quisermos e a população da Trafaria vai também ter uma palavra a dizer, como já teve no Estudo de Enquadramento Estratégico.-----

Em relação ao RECRIA, queria dizer que o RECRIA, naturalmente é um projecto que tem subjacente uma Lei da República que é para o País inteiro e que as Câmara Municipais ou se associam ou não se associam. A nossa Câmara Municipal tem-se associado a este projecto, chegou em vários anos a ser a Câmara Municipal que mais projectos RECRIA conseguiu pôr em prática. Não é fácil, é um processo muito difícil, a legislação tem vindo a ser muito complicada, tem vindo ainda a complicar mais o que já é difícil. De qualquer modo nunca desistimos do RECRIA, temos vindo a desenvolver processos, isto depende da vontade dos particulares, os proprietários das casas é que têm que tomar a iniciativa se querem ou não querem aproveitar este programa, a Câmara Municipal comparticipa com 40% e agora o IRU, antes era o IGAPHE, depois o Instituto Nacional de habitação, agora o IRU comparticipa com 60% e o dono da casa também tem uma parte nos encargos com a reabilitação.-----

É desejável que estes processos tenham a participação de todos. É desejável que as Juntas de Freguesia se interessem, é desejável que os moradores se interessem, tudo é muito importante, é da convergência de todos que nós devemos procurar concretizar o nosso trabalho e naturalmente que é bom que seja dado o seu a seu dono, sempre. E que quando falamos das coisas, falemos dando o seu a seu dono dizendo o que fazemos, mas não deixando de dizer aquilo que os outros fazem. Da nossa parte é isso que fazemos seja em relação a uma Junta, seja em relação a uma Assembleia, seja em relação a uma Assembleia da República, seja em relação a quem for.-----

Queria dizer que a questão colocada relativamente à Estrada Nacional 377 antes da Cabra Assada, é uma situação que registamos. A GNR está mesmo aqui ao lado, também penso que é fundamental que os cidadãos se dirijam à Guarda Nacional Republicana, não sei se já o fizeram, é a entidade policial aqui da zona que tem naturalmente também as suas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

competências, não sei se já intervieram se não, provavelmente também intervêm, não estou aqui a dizer que a GNR não interveio, não conheço, mas o que vos deixo é esta nota. Portanto vocês têm aqui e quem aqui está tem a GNR mesmo aqui à porta, está aqui um Posto e dizer-vos que da parte da Câmara, da Assembleia Municipal, nós falamos por nós, porque isso foi uma diligência feita por mim e pelo Sr. Presidente da Assembleia junto dos diferentes Governos e deste em particular, quando foi anunciado que o Posto da GNR da Trafaria podia estar em risco de encerrar, nós fizemos todas as diligências para que isso não acontecesse e chegámos mesmo ao ponto de dizer ao Sr. Secretário de Estado que estávamos na disposição de ajudar porque parece que não se pode viver ali, as instalações são de uma degradação absoluta, as pessoas que lá trabalham parece que lhes chove em cima e nós dissemos que estávamos na disposição de dar materiais para poder ser arranjado o Posto da GNR aqui na Trafaria. Porque é uma situação de todo inaceitável, insustentável e portanto que não fosse pelas instalações que o Posto da Trafaria viesse a fechar.-----

Já tive a resposta que o Posto vai manter-se, o que não nos foi transmitido foi a mesma resposta para o Posto no PIA. O Plano Integrado de Almada, o Posto há muitos e muitos anos reivindicado para o ex-PIA continua adiado sine die, já estive em concurso, já estive em Orçamentos de Estado, já houve dentro do mesmo Governo governantes a dar terreno a outros governantes, no final dos anos oitenta, o que é verdade é que estamos em 2008 e a resposta que neste momento tenho em cima da mesa é que não está decidido nada para o Posto no ex-Plano Integrado de Almada. É uma luta que vamos ter que continuar a travar, e travá-la-emos com certeza em defesa das populações. Mas nós também não deixaremos de dizer a Guarda Nacional Republicana, mas é muito importante que vocês vão lá bater à porta e que transmitam isso mesmo aos responsáveis locais.-----

Há aqui outras questões sobre as quais não tenho conhecimento e não me posso pronunciar, no entanto quero dizer que em relação à ciclovia da Trafaria à Costa é um Projecto muito sério, é um Projecto que tem em vista aproveitar as condições que este território tem de criar uma pista ciclável que possa estabelecer a ligação entre a Costa de Caparica com todas as vias que estão previstas também no Polis e a este Terminal Fluvial na Trafaria, e criar aqui um sistema também de gestão de bicicletas para que haja de facto uma utilização progressiva. Sabemos que estas coisas são assim mesmo, mas que haja uma habituação e uma utilização cada vez maior da bicicleta enquanto modo suave de transportes. É um projecto muito sério que está a ser feito, foi um projecto feito com muita competência, a obra foi adjudicada, não é a Câmara que faz as obras, a Câmara adjudicou, zela pela execução em qualidade, temos fiscalização, há documentos enviados para quem fez perguntas e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

naturalmente também é importante que as perguntas que são feitas e que depois são respondidas, também possam ser divulgadas à população. Portanto a Câmara Municipal está em cima do problema, há empreiteiros. As obras nem sempre correm como nós gostaríamos, mas há uma intervenção sistemática regular relativamente a esta obra aqui na Trafaria. E o que não estiver bem tem naturalmente que se resolver e regularizar.-----

Queria dizer que nós durante o ano de 2008, fizemos Protocolos com todas as Juntas de Freguesia, na maioria das Freguesias houve obras que começaram mais cedo. No caso da Trafaria começaram um pouco mais tarde, mas nem por isso a Câmara deixou de contratualizar com a Junta de Freguesia o Protocolo para a pintura de muros, a conservação de tudo o que foi identificado pela Junta de Freguesia como o fizemos para todas as outras. Eu faço reuniões de dois em dois meses com os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de todas as Juntas de Freguesia e um dos aspectos que avaliamos em cada reunião é também a execução dos Protocolos, foi-me dito que o processo estava em bom andamento e que a Câmara Municipal poderia contar com a facturação para poder ser paga por inteiro à Junta de Freguesia até ao fim do ano, o que quer dizer que as obras estarão todas prontas até ao fim do ano. Portanto, é isto que eu posso dizer, todos estão a ser tratados por igual e todos têm estes Protocolos com a Câmara Municipal que estão a concretizar. É isto, é cooperação, nós não mandamos para as Juntas de Freguesia responsabilidades sem atribuímos à Junta a correspondente verba para poderem executar aquilo que é entendido entre as partes e que pode ser feito melhor estando mais próximo das populações.-----

Em relação à Escola da Corvina, queria dizer que esta Escola é de facto uma referência muito especial no nosso Concelho, é uma Escola modelar, sendo uma Escola pequenina, uma Escola pré-fabricada que já tem mais de vinte e cinco anos, é uma Escola modelar pelo seu projecto educativo. Deve-se obviamente toda a comunidade de Avós, de Pais, de todas as Famílias, de Professores, da Comunidade Local e de facto ao longo dos anos desenvolveu um projecto educativo, um projecto de ligação ao meio extraordinário. Ainda houve quem tivesse opinião de que não se justificava fazer esta Escola de raiz na Corvina, nós achámos que fazia todo o sentido, havendo aqui uma capacidade instalada significativa, havia da parte, enfim, de algumas opiniões a ideia de que poder-se-ia distribuir as crianças por outras escolas porque a capacidade instalada o permitia. Mas avaliada esta situação, nós achámos que não, exactamente pelo projecto educativo. Naturalmente avançando os planos que estão em desenvolvimento neste momento a decisão foi tomada lá muito atrás, mas avançando os planos obviamente que por maioria de razões faz sentido ser concretizada. Dizer-vos que não foi simples, não foi nada simples, porque o terreno é um terreno dentro da área que vocês



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conhecem, mas tínhamos o antecedente de termos uma autorização para construir ali aquela Escola. Foi esse antecedente que nos ajudou a levar por diante o projecto de construção da Escola. Porque se não tivéssemos essa autorização dos anos 70, nós não tínhamos conseguido concretizar naquele terreno a Escola que vai ser concretizada. É uma Escola que a Corvina merece, que a Trafaria merece, e merecem sobretudo as gerações de Professores e de famílias que fizeram daquela Escola um exemplo no sistema educativo. Dizer que eu queria homenagear com esta minha intervenção hoje aqui todos os Professores, mas em particular duas Professoras, a Professora Cremilde que penso que ainda está no activo, ou reformou-se agora, e a Professora Norvinda que já se reformou há mais alguns anos. Têm as suas seguidoras, têm os seus seguidores e penso que de facto deixaram Escola e deixaram projecto na Corvina e portanto merecem ser referidas e homenageadas. Queria também deixar nota de que em relação à Trafaria tem-se feito não aquilo que nós gostávamos poder ter feito, mas tem-se feito bastantes coisas. Eu queria dizer que a Junta de Freguesia foi feita pela Câmara Municipal, e no edifício de raiz com uma boa arquitectura, lá está também instalado um Centro de Apoio a Idosos. O Passeio Ribeirinho é projecto da Câmara; o Centro de Saúde foi terreno dado pela Câmara, foi uma luta da Câmara e foi uma luta da Câmara junto de vários Governos e tendo dado aquele terreno que era para a Junta de Freguesia porque senão não havia Centro de Saúde. O Quartel dos Bombeiros; o Centro Polidesportivo - Campo Polidesportivo aqui junto à Escola; o arrelvamento do Campo de Futebol da Trafaria, e naturalmente muitos apoios às Colectividades, ao Movimento Associativo apenas para abreviar. Naturalmente que nós gostávamos de ter concretizado muito mais. Foram realojadas aqui desta Freguesia a contragosto da nossa parte à volta de duzentas famílias. Realojadas que saíram da Ribeira da Enxurrada, porque o Governo que autorizou colocar ali aquele Bairro pelo Fundo de Fomento de Habitação, depois o IGAPHE, um belo dia dá o dito por não dito e as pessoas têm uma acção de despejo para se irem embora dali. E quem é que resolveu o problema daquelas pessoas? Foi a Câmara Municipal que teve que as retirar da Trafaria para outros pontos do Concelho onde tinha casas. E assumindo o ónus da incompreensão de outras populações que estavam à espera daquelas casas para poderem ser realojadas e não foram, mas havia aqui só uma de duas opções, ou deixava-se as pessoas debaixo da árvore ou realojava-se as pessoas nas casas que a Câmara tinha. Também é verdade e também é preciso dizer que tem sido a Câmara que tem tido coração e olhos relativamente à população da Trafaria. Gostávamos de ter feito muito mais. Gostávamos também que o Presídio da Trafaria desse lugar ao Complexo de Formação em Hotelaria e Turismo, naturalmente que já fomos incentivados a não desistir, quer dizer, o Sr.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Presidente do Instituto do Turismo tirou-nos as esperanças, mas o Sr. Secretário de Estado do Turismo disse-nos para não desistirmos. Portanto nós vamos continuar a gerir este dossier e vamos ver onde chegamos. Gostava de vos dizer que ainda ontem foi aprovado na Câmara um Protocolo a estabelecer com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, para iniciarmos no nosso Concelho, não aqui mas onde há condições, umas experiências ao nível da formação em Turismo.-----

Vamos fazendo o nosso caminho, não desistindo porque para nós as coisas nunca são fáceis e portanto temos que continuar a lutar e a trabalhar para convenceremos quem tem o poder de decidir. E é por aqui que temos que ir.-----

Queria também deixar aqui nota de que em relação a esta questão da Charneca da Quinta do Texugo eu lamento que o nosso Município só venha às Assembleias Municipais, lamento profundamente. Nós não somos computadores, não temos os projectos dentro das nossas cabeças, o Vereador José Gonçalves nunca foi abordado para receber as pessoas, eu mais uma vez como já o fiz numa outra Assembleia Municipal, salvo erro na Sobreda, digo ao nosso Município que faça o favor de combinar com o Sr. Vereador José Gonçalves uma reunião para poder naturalmente ser devidamente esclarecido porque o que aqui traz é naturalmente grave, porque é lançar a suspeição sobre a gestão municipal. Isto não vale, isto é perigoso, isto é grave. Portanto meu amigo, se tem boas intenções e eu não digo que não tenha, mas parece que não tem, vá falar com o Sr. Vereador José Gonçalves e esclareça e se quiser lutar por uma Escola Secundária na Charneca tem-nos ao seu lado. Porque nós há muito tempo que esta questão tem vindo a ser colocada ao Ministério da Educação, nós achamos que é preciso uma Escola Secundária para a Charneca, o Ministério da Educação diz que não. Mas nós sabemos que é preciso lutar para conseguir as coisas e portanto estamos com a população da Charneca na luta por uma Escola Secundária para a Charneca e não faltará seguramente sítio, onde ela possa ser construída, porque todas as Escolas do Ministério da Educação construídas na Charneca foram construídas em terreno dado pela Câmara Municipal.-----

Também queria dizer em relação aos Arsenalistas que também estou muito preocupada como vocês estão, e acho que temos que estar todos. E o alerta e o apelo aqui trazido pelos trabalhadores na voz deste nosso amigo, aos Deputados Municipais, aos Partidos Políticos eu acho que é muito premente e é muito importante que não se façam ouvidos moucos, e eu acredito que há muita gente que está aqui e que não deixará de levar até às últimas instâncias como a Presidente da Câmara já fez. E queria-vos dizer que no dia em que o Sr. Primeiro Ministro apresentou ao País as medidas anticrise eu tive o privilégio de jantar com o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sr. Primeiro Ministro eu e os Autarcas do nosso Distrito e coloquei claramente ao Sr. Primeiro Ministro a pergunta, se de facto estas medidas anticrise anunciadas relativamente à defesa dos postos de trabalho me podiam deixar descansada relativamente aos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, porque aquilo que constava é que com a mudança de estatuto, os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, muitas centenas corriam o risco de ficar naturalmente numa situação precária de trabalho. E o que o Sr. Primeiro Ministro me disse e deixou-me muito preocupada porque me disse de viva voz, não há problema nenhum, porque são da Função Pública e como são da Função Pública não têm problema. Porque podem ficar no quadro de mobilidade e então ficam com oitenta por cento do seu vencimento. E também podem aproveitar a nova Lei e a nova Lei dá-lhes a possibilidade de ficarem com sessenta por cento, irem desempenhar um outro trabalho, terem uma outra profissão e portanto ainda podem juntar as duas coisas. Os sessenta por cento da Função Pública mais o vencimento noutra profissão. Isto foi dito da boca do Sr. Primeiro Ministro, portanto isto quer dizer que a situação é mesmo essa que vocês dizem, é o quadro de mobilidade com oitenta por cento do vencimento, para quantos não sei, não me foi dito, portanto são Funcionários Públicos não ficam sem o seu ordenado, mas as alternativas são estas. Portanto, eu deixo aqui esta mensagem a todos vocês, à população, a todos os autarcas presentes porque considero que de facto a situação é muito, muito preocupante, os trabalhadores fazem apelos e penso que quando se anunciam medidas anticrise e medidas para assegurar postos de trabalho e medidas para criar postos de trabalho, vai mal. O Governo quando por outro lado toma medidas no sentido de diminuir os postos de trabalho e ainda por cima numa entidade e numa empresa com tanto potencial tão necessária para o País, tão importante para a Marinha, estratégica, uma empresa que do ponto de vista da Soberania Nacional tem uma importância extraordinária, o que é importante é investir no Arsenal do Alfeite, é defender os postos de trabalho, é dar formação continuada às pessoas e não deixar o Arsenal do Alfeite ir morrendo aos bocadinhos, que é isso que tem acontecido, não tanto, porque os trabalhadores não têm permitido que isso aconteça no tempo, que parece ter sido estimado. Portanto ficam aqui estas palavras."-----

4.12.2 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu em relação à última questão que foi colocada, eu fico satisfeito de haver Actas da Assembleia Municipal e quando se fala em nome de terceiros, naturalmente teremos oportunidade de esclarecer o contexto e a veracidade das coisas que foram ditas pelo Primeiro Ministro e do contexto em que foram ditas, portanto até prova em contrário temos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

como boa a palavra da Sr.^a Presidente de Câmara, mas como fica gravado em Acta naturalmente que teremos oportunidade que as afirmações são da maior gravidade. Eu pedi a palavra para tentar ajudar à discussão e ao esclarecimento também das pessoas se assim me for possível e permitindo relativamente àquilo que é o ordenamento do território aqui na Freguesia da Trafaria, em particular as zonas que na Trafaria que são muitas estão sobre jurisdição da Administração do Porto de Lisboa e nessas zonas naturalmente que nós podemos ter inúmeros projectos, nós podemos ter inúmeras ideias, mas a primeira coisa que se deve fazer relativamente a áreas que não são nossas, onde nós não podemos gerir directamente o território, é articular com as entidades que têm competências nesses mesmos territórios e isto quer dizer o quê? Que muitas vezes as coisas não andam porque são criadas expectativas e muitas vezes expectativas falsas relativamente a projectos que se querem fazer, mas previamente não tiveram uma articulação com quem tem jurisdição nessas áreas. E por isso quando falamos de Planos de Pormenor e de Estudos de Enquadramento Estratégico para a Trafaria, todos nós temos que contribuir, temos que dar ideias, mas compete a quem faz parte da gestão autárquica previamente e de uma forma responsável antes de poder apresentar projectos articular para ver da viabilidade dos mesmos. E queria dizer, se isso ajuda também à discussão, que este Governo aprovou legislação que é uma legislação muito importante relativamente às áreas sobre jurisdição portuária.-----

Distingo três áreas sucintamente porque ao contrário da oradora que me antecedeu não gostaria de ultrapassar o tempo que está destinado. Em primeiro lugar há áreas que são de actividade portuária, em segundo lugar há áreas que têm actividade portuária e também têm ocupação não portuária e em terceiro lugar há áreas que estão na jurisdição portuária mas que não têm de todo qualquer utilização portuária. E o que é que o Governo veio fazer com este diploma? Veio dizer o seguinte: as áreas onde existe actividade portuária são para se manter sobre gestão do Porto de Lisboa, Porto de Lisboa ou dos Portos que têm essa jurisdição. As áreas que apesar de estarem sob jurisdição que não têm neste momento nem nunca poderão vir a ter utilização portuária, então essas podem passar para a gestão das Câmaras Municipais. E as áreas onde coexistem os portuários e outros usos então podem também passar determinadas para a gestão das Câmara Municipais. Isto depende da iniciativa das Câmaras, e foi já possível por exemplo em Lisboa, em Vila Real de Santo António, em Portimão, em Alcoutim, ou em Lagos, por iniciativa das Câmaras umas do Partido Comunista, outras do PSD, outras do PS, isso não interessa, Câmaras que não quiseram utilizar e requalificar as suas zonas sobre jurisdição portuária, aproveitaram a oportunidade e fizeram o protocolo do Governo no âmbito da legislação que foi feita. E por



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

isso quando nós pensamos em, vimos informar a população dos projectos que temos, é responsabilidade de quem tem poder, penso eu, mas eu sou mais novo e se calhar não estou a ver bem as coisas, mas parece-me razoável que quem tem o poder tenha a responsabilidade de antes articular, de antes ver quais são os mecanismos que tem à sua disposição, e penso que a Câmara de Almada tem este excelente instrumento à disposição para poder ter uma iniciativa que para que as áreas nomeadamente aqui da Trafaria que não têm utilização portuária possam passar em definitivo para a gestão do Município. E gostaria só de concluir com uma questão que tem a ver com o Terminal de Contentores da Trafaria que como sabemos é consensual em termos partidários que não há em Almada nenhuma força política que eu me lembre, que defenda um terminal de contentores na Trafaria, aliás o PS já teve ocasião de dizê-lo muito claramente que é contra qualquer aumento na Margem Sul da capacidade portuária instalada. Eu acho que era importante também mais uma vez e por isso eu não me costumo inscrever neste ponto, mas acho que é importante dar alguns esclarecimentos porque invocada uma entrevista do Presidente da Administração do Porto de Lisboa de que o Porto de Contentores na Trafaria é viável se houver comboio. E portanto daqui tira-se a conclusão que continua na mente do Presidente do Porto de Lisboa, ou então como a Sr.^a Presidente está ali a dizer num aparte, é uma ameaça. Mas eu acho que é importante também, quem tem a gestão do território que possa informar do seguinte, é que se a condição para o Presidente do Porto de Lisboa, que parece ser o único a defender o Porto de Contentores aqui na Trafaria, é a existência de uma ligação ferroviária, bom então podemos ficar descansados. Não sei, se calhar a Sr.^a Presidente da Câmara não conhece em concreto, também não tem obrigação de conhecer todos os pormenores, mas eu também se puder ajudar a esclarecer ajudarei. É que para haver comboio de ligação aqui ao Terminal de Contentores na Trafaria, há muitos anos atrás havia a reserva do espaço canal para fazer a ligação ferroviária, e esse diploma foi revogado por este Governo precisamente porque foi sucessivamente alterado, o que hoje não haveria qualquer viabilidade de haver uma ligação ferroviária à Trafaria e como tal seria inviável o Porto de Contentores. Penso que a Presidente da Câmara também se soubesse este pormenor teria dito. Mas acho que é um pormenor que é importante, não é hoje fisicamente possível haver ligação ferroviária a um eventual Porto de Contentores na Trafaria, porque não existe neste momento espaço para isso, e esse diploma que reservava o canal foi revogado. Mais, é importante também que nós estejamos atentos e que sejamos sempre contra qualquer possibilidade de instalação do Porto de Contentores na Trafaria, mas se, diz-se por um lado o comboio já é, que é no dizer do Presidente do Porto de Lisboa, a única condição para poder existir, bom, essa condição não existe. Mas existe outro



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

facto que é, como sabem em Alcântara e está muito em voga neste momento a discussão sobre a ampliação do Terminal de Alcântara e é bom que todos percebamos qual é a consequência que isto tem para a Trafaria, é que a duplicação da capacidade do Terminal de Alcântara faz com que a necessidade eventual que o Porto de Lisboa tivesse de um novo terminal de contentores deixe de existir num futuro muito próximo. Mais, a capacidade, e gostaria de dar uma informação para ajudar também a esclarecer que o Porto de Lisboa para que fosse viável o Terminal de Contentores na Margem Sul fosse na Trafaria ou onde fosse, seria necessário que o Porto de Lisboa movimentasse por ano cerca de dois milhões de teus. Teus que é a unidade que mede os contentores. O Porto de Lisboa neste momento movimenta trezentos e cinquenta, quatrocentos mil teus, ou seja, está a setenta e cinco por cento de poder atingir uma capacidade que justificasse fazer aqui um Porto de Contentores. Mais, com a duplicação da capacidade do Terminal de Contentores de Alcântara, mais longe ainda fica qualquer possibilidade de haver um Terminal de Contentores na Trafaria.----- Para finalizar gostaria também de dar esta indicação que a Administração do Porto de Lisboa enquanto empresa fez um projecto de um Plano Estratégico que é o único documento onde está previsto a possibilidade de existência de um Porto de Contentores, mas foi um Plano Estratégico que segundo sei ainda nem sequer foi aprovado pela Assembleia-Geral do Porto de Lisboa. O único documento que existe relativamente a terminais de Contentores, é um documento que se chama: "Orientações Estratégicas do Sector Marítimo ou Portuário" que é um documento da responsabilidade do Governo, que foi apresentado em Novembro de 2006. E nesse documento claramente está afastada a hipótese de um Terminal de Contentores na Trafaria. Mas naturalmente que o PS cá estará para lutar contra essa ameaça, não podem contar connosco é para não ajudar a esclarecer e não ajudar também a dizer que muitas vezes as ameaças são lançadas da forma como mais nos convém e penso que é importante termos uma palavra séria e dizermos as coisas exactamente como elas são e eu acredito que não foi dito tudo porque eventualmente a oradora que me antecedeu não tinha conhecimento de toda a realidade."-----

4.12.3 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Fica escrito, e ainda bem que fica escrito porque aquilo que a Presidente da Câmara aqui disse foi que o Sr. Primeiro Ministro informou a Presidente da Câmara. Ou seja, os trabalhadores são funcionários públicos podem ir para o quadro da mobilidade ganhando oitenta por cento do vencimento, ou se optarem podem ficar com sessenta por cento do seu vencimento e arranjar outro emprego, sic. Portanto, está dito e repetido. Também fica



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

naturalmente aqui afirmado que podemos estar descansados porque não há Terminal de Contentores na Trafaria, porque eu acho que um Partido Socialista é um Partido Socialista em todo o lado, é aqui na Trafaria, em Almada, no País. Eu quero ficar descansada, mas também foi dito que o Sr. Presidente da APL é o único que anda a falar disto, não sei, entendam-se. Agora, o que eu queria dizer é o seguinte: a Câmara Municipal tem uma prática de trabalho sistemática, permanente, de articulação com todas as entidades, todas. Independentemente dos Governos serem deste ou daquele Partido. Por nós, a população sabe que a única defesa que fazemos é exclusivamente dos seus interesses. Não precisamos de defender o Governo, portanto há quem precise de defender o Governo, nós não, se o Governo faz bem nós dizemos fez bem; se o Governo faz mal, nós dizemos fez mal. Agora uma coisa é certa, nós defendemos sempre e em primeiro lugar as populações. E portanto eu queria aqui dizer que toda a articulação foi feita. Houve uma Comissão de Acompanhamento constituída para a qual todas as entidades foram convidadas. Naturalmente a própria APL. Dizer que tem havido reuniões regulares com a APL, dizer que sobre a questão das áreas sob jurisdição da APL com possibilidades de passar para os Municípios, esta diligência também já foi feita, a APL está a analisar. Dizer que por acaso depois acabou por ser extensível a todos os Municípios, mas foi só por acaso e depois é que inicialmente por isso é que o processo também teve as cambalhotas que teve. É que inicialmente era só para Lisboa, depois os Municípios, todos os Municípios se insurgiram, colocaram as suas razões, os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e acabou por haver uma alteração e ainda bem. Portanto a APL está a fazer o seu trabalho, as zonas não são todas iguais e naturalmente nós temos toda a disponibilidade para receber à semelhança de protocolos que já fizemos antes com a APL, temos toda a disponibilidade para receber áreas que possam ajudar a facilitar a vida das pessoas. Tal como recebemos as ex-Estradas Nacionais que foram desclassificadas, fomos nós que fomos junto das entidades dizer, não faz sentido dentro do nosso Concelho estradas que não são Nacionais, são troços Municipais, continuarem sob a jurisdição de uma entidade Nacional. Portanto, aí estamos também sempre com a mesma atitude. Portanto não há falta de articulação, não há falta de diálogo, todos os assuntos são tratados directamente com todas as entidades, mas estejamos atentos, de facto nem tudo está desclassificado relativamente aos traçados ferroviários, e é muito importante que se temos e acredito que temos vontade de defender o que dizemos que não nos deixemos adormecer, porque corremos o risco de um belo dia sermos confrontados com o facto consumado. E portanto, é bom que nos mantenhamos todos unidos na defesa da posição que já assumimos como desígnio municipal, é muito importante que levemos até às últimas consequências aquilo que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dissemos, porque de facto a Trafaria e esta área do nosso Concelho tem um grande futuro pela frente e o País também irá beneficiar das potencialidades que aqui existem, se for dada prioridade ao desenvolvimento estratégico que o nosso Município e o próprio PROT da Área Metropolitana de Lisboa definiu para este território, um eixo de excelência de Turismo entre a Trafaria e a Costa de Caparica."-----

4.12.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Nós não costumamos utilizar este período da Ordem de Trabalhos para intervir, de qualquer modo sobre a questão do Arsenal do Alfeite dizer o seguinte: primeiro saudar os camaradas da Comissão de Trabalhadores, que estão disponíveis para a luta em conjunto com os restantes trabalhadores do Arsenal do Alfeite, e depois dizer que acompanho integralmente as preocupações da Sr.^a Presidente, porque de facto a situação colocada pelo Sr. Primeiro Ministro nesse jantar, não é muito diferente da questão colocada pelo próprio Ministro da Defesa na reunião que fez uma hora antes de anunciar em conferência de imprensa. Fez uma reunião uma hora antes com a Comissão de Trabalhadores e o que disse não foi muito diferente daquilo que o Sr. Primeiro Ministro por ventura lhe terá dito. Portanto dizer que sinceramente eu contava que em vez de o Sr. Deputado Municipal ir averiguar da veracidade das palavras da Sr.^a Presidente aqui na Assembleia Municipal que já nos soubesse dizer alguma coisa de concreto do tipo, não é assim, não estejam preocupados porque o que se vai passar é isto assim, assim. Isso então é que me deixaria mesmo tranquilo. Nós temos uma Moção para apresentar, mas não queria deixar também de aproveitar este período que nos cabe também."-----

4.12.5 - A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Da minha parte três esclarecimentos. Primeiro esclarecimento ao Sr. Município José Leal Pedro, dizer-lhe que da parte da Assembleia foi via serviços municipais um edital para a Junta de Freguesia e por aquilo que informou estava afixado. Foram também enviados Editais com pedido de afixação a todas as Colectividades da Trafaria. E é isso que costumamos fazer.-----

Segundo esclarecimento, apenas porque foi colocado ao Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes, esclarecer pela informação dada ontem pelos próprios técnicos que estão a elaborar os Planos de Pormenor, que o processo dos Planos de Pormenor relativamente à Trafaria, teve a Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo que é uma estrutura desconcentrada da Administração Central e com reuniões com os vários interesses, incluindo interesses centrais.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Terceira informação, porque me lembro de quando se aprovou na Assembleia Municipal o Plano Director Municipal uma das Propostas que foram aprovadas, também por Proposta da Câmara, foi a revogação do Ramal Ferroviário para a Trafaria, que como bem estão lembrados não foi aceite pelo Governo."-----

4.12.6 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Muito rapidamente. Em relação às diversas questões que foram colocadas neste Período Aberto ao Público, da parte da CDU naturalmente subscrevemos integralmente as palavras da Sr.^a Presidente da Câmara sobre as diversas matérias, sublinhando com reforçada equidade esta questão das preocupações quanto ao futuro do Arsenal do Alfeite e sublinhando da parte da bancada dos eleitos municipais da CDU, a nossa solidariedade para com os Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, empresa estratégica para o Concelho, para a Região e para o País. Mas pede a palavra essencialmente para dar conta à Mesa da Assembleia e a todos os presentes que na sequência da intervenção de diversos Srs. Municípes neste período relativamente a uma questão muito concreta que tem que ver com o corte de fornecimento de energia eléctrica por parte do fornecedor EDP a diversos moradores do Bairro do 2º Torrão aqui na Trafaria, neste instante vamos apresentar à Mesa para ser lida no Período de Antes da Ordem do Dia uma proposta de Moção/Deliberação exactamente acerca desta matéria e que apelando à compreensão de todos não foi passada a computador, não foi feita com antecedência, foi feita neste instante perante um testemunho que a nós nos suscita uma particular preocupação e que deve naturalmente ser objecto de acompanhamento por parte desta Assembleia."-----

5 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

5.1 - O Sr. Presidente procedeu ao anúncio do pedido de Suspensão do Mandato, previsto no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, por um período de 60 dias, do eleito Sr. António Rodrigues Anastácio, (**Conforme ANEXO I**), que submetido à votação foi aprovado por unanimidade.-----

5.2 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

- A Sr.^a Deputada Municipal Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa, com Ausência no dia 18 de Dezembro de 2008, (**Conforme ANEXO II**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 18 de Dezembro de 2008, (**Conforme ANEXO III**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 5.3– Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----
- O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Gomes da Fonseca, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.ª Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa, e por impedimento do Sr. Vitor Telmo Moreira Gonçalves, do Sr. José João Santos da Mata e do Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV), **(Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS IV, V e VI)**.-----
 - O Candidato Sr. Augusto Miguel Patraquim Oliveira do Rosário, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO VII)**.-----
- 5.4 – O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia da Caparica, da Costa de Caparica, da Cova da Piedade, do Feijó, do Pragal e da Sobreda em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. João Paulo Santos Correia Oliveira, o Sr. Manuel José Basto Pereira da Fonseca, o Sr. Manuel Carlos Guerra da Cruz, o Sr. António Manuel Ferreira Martins Pereira, o Sr. José António Pereira de Matos e o Sr. João Manuel Martins Ferreira, respectivamente, **(Conforme ANEXOS VIII, IX, X, XI, XII e XIII)**.-----
- 5.5 – Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais do Registo de Entradas do nº 001/IX-4º ao nº 171/IX-4º (de 03 de Nov. a 12 de Dez.); do Registo de Ofícios Enviados do nº 001/IX-4º ao nº 096/IX-4º (de 03 de Nov. a 11 Dez.); da Súmula Nº 02/IX-4º/2008-09 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais); da Informação da Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia N.º 01/08-09 e das Actas N.ºs 13/IX-3º/2008; 014/IX-3º/2008; e 15/IX-3º/2008 e das Minutas das Actas N.ºs 13/IX-3º/2008; 14/IX-3º/2008; e 15/IX-3º/2008, para posterior aprovação e ratificação.-----
- 5.6 – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Helder Viegas (apresentando Moção/Deliberação sobre Governo PS dá mais um passo para a privatização do Arsenal do Alfeite); Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação Em defesa do Sector Público da Construção Naval e dos Direitos dos Trabalhadores do Arsenal do Alfeite); Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação sobre Almada, o Metro e o Futuro); Helena Oliveira (apresentando Moção/Deliberação sobre Direitos iguais para todos e todas!); Luísa Ramos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

(apresentando Moção/Deliberação sobre Mobilidade um Direito de Cidadania); Francisco Guerreiro (apresentando Moção/Deliberação sobre Acessos ao Porto Brandão); Maria José Bruno Esteves (apresentando Moção/Deliberação sobre Projectos de Reabilitação da Trafaria); Bruno Dias (apresentando Moção/Deliberação sobre Fornecimento de Energia Eléctrica na Freguesia da Trafaria - 2º Torrão), Nuno Matias; Francisca Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria; Ruben Raposo; António Mendonça Mendes; Luísa Ramos; Fernando Jorge Fernandes - Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.-----

5.6.1 - O Sr. Deputado Municipal Helder Viegas:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Governo PS dá mais um passo para a privatização do Arsenal do Alfeite -----

Neste mandato autárquico a Assembleia Municipal de Almada, por diversas vezes, tomou posições em defesa do Arsenal do Alfeite, nomeadamente na manutenção do carácter público deste estaleiro naval de apoio à Marinha Portuguesa.-----

Apesar disto, lamentavelmente o governo no passado dia 25 de Novembro, anunciou a criação da empresa Arsenal do Alfeite, Sociedade Anónima, empresa tutelada pela EMPORDEF. É mais uma medida no sentido da desresponsabilização do Estado em sectores decisivos e estratégicos para o desenvolvimento do País, a defesa e soberania nacionais.-----

Sob o argumento do desajustamento estrutural do Arsenal, da necessidade de modernização e requalificação, entrega ao sector privado um estabelecimento industrial público, com enormes potencialidades técnicas e humanas, cuja credenciação e qualidade dos trabalhos executados é reconhecida internacionalmente, e que desde sempre esteve e está vocacionado para servir a Marinha Portuguesa e Portugal. Esta é uma opção errada e lesiva dos interesses nacionais.--

O Ministério da Defesa Nacional diz garantir a ligação da nova empresa à Marinha Portuguesa mas, de facto, nada pressupõe que assim seja, já que a nova empresa ficará submetida aos ditames do mercado nacional e internacional e à lógica do lucro.-----

Com esta decisão o governo, ignorou as Organizações Representativas dos Trabalhadores e as suas propostas, põe em risco os postos de trabalho e os direitos, nomeadamente o vínculo público, através da celebração de contratos individuais de trabalho ao afirmar que o novo quadro de pessoal só será definido pela nova administração, com a integração de trabalhadores no regime de mobilidade especial, ou ainda pela ocupação de vagas disponíveis noutros organismos da administração pública. Acresce que são conhecidos estudos que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

apontam para o despedimento de centenas de trabalhadores. Trata-se de um inaceitável retrocesso social, laboral e político.-----

A Assembleia Municipal de Almada pronuncia-se contra a criação do Arsenal do Alfeite, SA. e defende a manutenção do actual estatuto do Arsenal bem como a necessidade de reforço do investimento do Estado com vista a garantir a estabilidade, a modernização e o futuro do estaleiro.-----

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida na sessão plenária no dia 18 de Dezembro de 2008 delibera recomendar ao governo:-----

- A manutenção do papel público do Arsenal do Alfeite, como estaleiro integrado na Marinha:---
- O investimento por parte do Estado com vista à recuperação das infra-estruturas e equipamentos, à modernização tecnológica para o cumprimento de todos os trabalhos a desenvolver pelo estaleiro.-----
- Melhorar a formação profissional e a valorização dos trabalhadores.-----
- Apostar em novos projectos e construção de lanchas rápidas, patrulhas e navio de combate à poluição e na manutenção e reparação da frota existente.-----
- A confirmação do vínculo público de todos os trabalhadores."-----

5.6.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Em Defesa do Sector Público da Construção Naval e dos Direitos dos Trabalhadores do Arsenal do Alfeite -----

No dia 24 de Fevereiro de 2006, esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade uma moção sobre a situação do Arsenal do Alfeite, em que solicitava ao Governo que clarificasse qual a sua estratégia para esta empresa, nomeadamente quais as medidas de curto e médio prazo que pretendia adoptar para modernizar o Estaleiro e assegurar a continuidade do seu funcionamento em plena laboração, no plano da construção, manutenção e reparação dos navios da Marinha.-----

Decorridos 2 anos, chegaram as respostas do Governo:-----

- Extinção da empresa Arsenal do Alfeite e criação da empresa Arsenal do Alfeite, SA., com capitais exclusivamente públicos, no âmbito da EMPORDEF (Empresa Portuguesa de Defesa SGPS AS — holding da indústria de defesa);-----
- Redução dos efectivos que “em estimativa” poderão atingir 400 trabalhadores;-----
- Extinção do vínculo com a Administração Pública restando assim aos trabalhadores 3 hipóteses: a celebração de contrato individual de trabalho com a nova empresa, a ocupação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de vagas disponíveis no quadro civil da Marinha ou na Administração Pública (o que ninguém garante) ou ainda a integração na mobilidade especial.-----

Estas medidas foram transmitidas à Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite na manhã do dia 25 de Novembro a uma escassa hora da realização de uma Conferência de Imprensa presidida pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional, Dr. Severiano Teixeira, para anunciar as decisões à comunicação social.-----

Não houve anteriormente qualquer reunião, diálogo ou negociação com os órgãos representativos dos trabalhadores (Comissão de Trabalhadores e Sindicatos), contrariando e desprezando os mais elementares direitos constitucionais e democráticos.-----

É com inquietação que tomamos conhecimento das declarações do Sr. Secretário de Estado da Defesa, Dr. João Mira Gomes, quando afirma que “Obviamente que o Arsenal está obsoleto” (in DN 12/12/08). É justo contrapor a esta frase fria, proferida por quem não conhece o Arsenal, o seguinte: “Apesar de Portugal ter tradição em construção naval, foi necessário chegarmos ao século XXI para termos os primeiros salva-vidas projectados em Portugal — neste caso no Arsenal do Alfeite. Os salva-vidas anteriores ou foram adaptações de embarcações locais de pesca ou foram construídos em Portugal segundo planos estrangeiros ou ainda, foram adquiridos no estrangeiro”. (...) “Esta embarcação é ainda o salva-vidas nacional com maiores dimensões, mais veloz e com maior capacidade de enfrentar mares revoltos”. Estas afirmações foram proferidas pelo Sr. Administrador do Arsenal do Alfeite durante a entrega da lancha salva-vidas C149 “DILIGENTE” que ocorreu no passado dia 15 na Estação Salva-Vidas de Sesimbra.-----

É caso para perguntar: se, com um Arsenal “obsoleto” isto acontece, o que não seria se o poder político não tivesse ignorado a importância do investimento neste sector, que tem de ser público e estar ao serviço da Marinha e do País?-----

No Arsenal tem havido o engenho, a arte e a vontade de ultrapassar as dificuldades, cumprindo a sua principal finalidade que é manter os navios da Armada operacionais.-----

O Sr. Secretário de Estado da Defesa termina a sua entrevista ao DN dizendo” Se não fizéssemos nada, o Arsenal do Alfeite ia continuar a degradar-se”.-----

A questão é mesmo essa! Façam alguma coisa, mas não reduzam o número de trabalhadores. Modernizem o Arsenal do Alfeite, mas não abram o caminho à sua privatização!-----

A Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 18 de Dezembro de 2008, decide expressar a sua solidariedade para com os trabalhadores do Arsenal do Alfeite,-----

1. na luta pela defesa dos seus postos de trabalho e dos mais elementares direitos constitucionais e democráticos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. na luta por um Arsenal Público, pela salvaguarda da Economia Nacional e da dignidade de quem trabalha."-----

5.6.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Almada, o Metro e o Futuro -----

No passado dia 26 de Novembro foi inaugurada a linha Cova da Piedade/Cacilhas do Metro Sul do Tejo, concluindo-se assim a primeira fase de implementação do MST.-----

Com esta obra Almada sofreu uma transformação profunda e hoje é uma cidade onde, em consequência da requalificação urbana associada ao espaço canal do metro, se vive e respira o que de melhor a urbanidade pode oferecer aos cidadãos. Os almadenses reapropriaram-se de espaço público da sua cidade, uma cidade requalificada, onde a rua deixou de ser apenas um local de passagem e passou a ser também um lugar para estar. Mas fundamentalmente, com a entrada em funcionamento do metro, os almadenses passaram a dispor de um meio de transporte rápido, confortável, energeticamente eficiente e amigo do ambiente.-----

Esta realidade que os almadenses vivem actualmente, e que a muitos levantou dúvidas, não surgiu por mero acaso, foi uma luta de duas décadas e a concretização do projecto do MST é fruto de um longo trabalho de persistência do Poder Local Democrático.-----

Após a realização do 1º Protocolo entre o Estado e os Municípios de Almada, Seixal, Barreiro e Moita, há 13 anos, no âmbito do desenvolvimento do projecto do MST, viriam ainda a verificar-se muitos contratempos.-----

O período de implementação no terreno foi difícil e complicado para os almadenses e hoje verificando-se ainda algumas situações de obra para resolver, o resultado final é nitidamente compensador face aos contratempos entretanto vividos.-----

Neste processo, é de salientar ainda a realização dos fóruns de participação, num total de 23 reuniões públicas, onde os almadenses puderam acompanhar o desenrolar do projecto de uma forma participada, colocando as suas dúvidas e apreensões. Foi ainda realizada uma campanha de informação à população em que, e citando o Presidente da MTS José Luís Brandão "muitas vezes, a câmara quase se substituiu ao papel da concessionária, com benefício para todos".-----

O trabalho, a competência, a persistência e a coerência dos Municípios ao longo dos vários anos, não abandonando este e outros projectos do Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Península de Setúbal, defendendo o amplo potencial da Região de Setúbal permitiram que o MST se tomasse hoje uma realidade. E tendo o Governo decidido pela localização do Novo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Aeroporto de Lisboa em Alcochete, a Terceira Travessia do Tejo Barreiro-Chelas, a concretização da Plataforma Logística no Poceirão e o desenvolvimento do Projecto do Arco Ribeirinho Sul, projectos há muito considerados estruturantes pelo PEDEPES e potenciadores do desenvolvimento integrado e sustentável da Península de Setúbal, é tempo de construir o futuro, tomando-se ainda mais premente a necessidade de alargamento da rede do MST. Os investimentos anunciados só serão factores de progresso se forem articulados com o projecto regional de desenvolvimento, e acompanhados de um conjunto de medidas que os integrem no tecido regional. O Município de Almada esteve sempre presente e continuará disponível para esta articulação. Continuando a pugnar pelo progresso do território da Margem Sul e pela qualidade de vida da sua População.-----

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Pública, a 18 de Dezembro de 2008, na Freguesia da Trafaria delibera:-----

1º Saudar a inauguração do último troço da primeira fase do MST e a sua entrada em funcionamento;-----

2º Apelar ao Governo para que considere a inclusão da rede do MST na estrutura global dos transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa, integrando o tarifário do MST no passe social da AML, sem custos adicionais para os utentes;-----

3º Apelar ao Governo para que rapidamente diligencie e concretize da extensão do Metro Sul do Tejo ao Fogueteiro, Seixal e Barreiro;-----

4º Apelar ao Governo para que rapidamente diligencie e concretize o prolongamento da linha o MST às freguesias da Costa da Caparica e Trafaria, de acordo com o já previsto no âmbito do Programa Polis da Costa da Caparica e dos Planos de Pormenor em desenvolvimento para a Trafaria.-----

5º Apelar ao Governo para que considere o prolongamento da linha do MST à Zona de Almada Nascente, de acordo com o previsto neste projecto.-----

6º Apelar ao Governo para que considere a elaboração de estudo tendo em vista a expansão da rede do MST às Freguesias da Charneca de Caparica e da Sobreda."-----

(Nota: o 6º ponto foi introduzido no decorrer do debate).-----

5.6.4 - A Sr.ª Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Direitos iguais para todos e todas! -----

18 de Dezembro é o Dia Internacional do Migrante. A este propósito, o director-geral da Organização Internacional de Migrações, sustentou que “seria contraproducente que os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Governos dos países desenvolvidos fechassem as suas portas aos migrantes”, até porque “os países desenvolvidos continuarão a precisar dos imigrantes, entre outros motivos devido à sua estrutura demográfica”.-----

Segundo os dados daquela organização, em 2050 os países mais ricos enfrentarão uma grande escassez de mão-de-obra devido às baixas taxas de natalidade e ao envelhecimento da população em idade activa.-----

Num comunicado subscrito por diversas associações portuguesas, entre as quais o SOS Racismo e a Solidariedade Imigrante, é feito o alerta para “a precariedade da situação em que se encontram largos milhares de imigrantes em Portugal e para o desrespeito institucionalizado pelos Direitos Humanos, cada vez mais patente nas políticas europeias anti-imigração”.-----

No entender destas associações, o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo (“Pacto Sarkozy”), bem como a “Directiva da Vergonha”, remetem para a clandestinidade os cerca de 8 milhões de indocumentados que vivem e trabalham na Europa e representam um “passo gigante no sentido da criminalização e expulsão dos indocumentados”.-----

A Lei portuguesa da Imigração, em vigor desde Julho do ano passado, deixa milhares de pessoas à margem da sua justa regularização e aumenta o poder discricionário do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Esta Lei cria vários becos sem saída, a saber: é necessário apresentar um contrato de trabalho prévio para que o imigrante obtenha autorização para entrar no país. Ora, qual é o empregador que vai oferecer emprego a um/a imigrante antes de o/a conhecer? Depois de estar em Portugal, é necessário ter trabalho para ter direito a residência, mas é preciso residência para trabalhar!-----

Além disso, o Estado Português aplica dois pesos e duas medidas em relação aos imigrantes. Se, por um lado, a Segurança Social e as Finanças recebem as contribuições de quem não tem a situação documental regularizada, por outro lado, se o imigrante for dispensado do trabalho vê negado o seu direito a receber o subsídio de desemprego, alegando a falta de visto ou de autorização de residência. O mesmo se passa com as licenças de maternidade e outros mecanismos de protecção social.-----

Dizem-nos que, com a crise, é necessário proteger os postos de trabalho dos nacionais. Mas a verdade é que a manutenção dos imigrantes na clandestinidade alimenta bolsas de trabalhadores/as desprotegidos perante a exploração laboral e aumenta a exclusão social.-----

A Assembleia Municipal de Almada, na sua reunião de 18 de Dezembro de 2008, Dia Internacional do Migrante, reivindica direitos e tratamento digno para todas as pessoas, independentemente do lugar onde tenham nascido.”-----

5.6.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Mobilidade um direito de cidadania -----

A mobilidade é um direito fundamental de cidadania, dela dependendo também, a qualidade de vida das populações nas zonas urbanas.-----

Para isso é indispensável um sistema de transportes colectivos eficiente, com uma oferta diversificada e abrangente, um sistema tarifário socialmente justo e aceite por todos os operadores. Isto é, políticas e práticas coerentes de apoio à intermodalidade e eficiência dos transportes públicos colectivos de passageiros.-----

Ao contrário os governos têm permitido que, as empresas rodoviárias privadas, para além da pressão constante com vista ao aumento dos tarifários, promovam supressão de carreiras, diminuição da oferta e por isso são corresponsáveis pela degradação da qualidade da mobilidade.-----

Tal como acontece na Área Metropolitana de Lisboa - A.M.L. também no concelho de Almada, a ausência e supressão de carreiras em muitas zonas do concelho, obriga a verdadeiros "recolher obrigatórios" das populações.-----

Os TST ao não proporcionar uma oferta adequada às necessidades das populações e utentes das freguesias do nosso concelho, têm contribuído para aumentar a utilização do transporte individual, com todos os custos energéticos, ambientais, políticos e sociais associados. Existem mesmo situações, como por exemplo na freguesia da Sobreda, em que a carreira que serve o centro de saúde não abrange todas as áreas da freguesia ou ainda o caso da ligação Pêra/Trataria por considerarem que não é rentável, assim como zonas da Freguesia da Charneca de Caparica, nomeadamente Vale de Cavala, Aroeira e Quintinhas.-----

Ora os transportes colectivos de passageiros não podem ser encarados com o objectivo do lucro mas sim como serviço público estratégico e estruturante ao serviço das populações e da economia do País, ao serviço do desenvolvimento social e económico do nosso concelho.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária no dia 18 de Dezembro de 2008 delibera:-----

Apelar ao Governo que intervenha junto dos TST designadamente através do Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres - IMTT no sentido de promover uma resposta adequada às necessidades das populações e dos utentes, com maior cobertura horária e maior frequência de circulação."-----

(Nota: A parte final do 5º parágrafo foi aditado no decorrer do debate).-----

5.6.6 - O Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Acessos ao Porto Brandão -----

A recente realização de um simulacro de sismo de grande intensidade, concretizado no final do mês de Novembro, planeado e organizado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil e envolvendo os agentes de protecção civil dos Distritos de Setúbal, Lisboa e Santarém, visou testar a operacionalidade do Plano Especial de Emergência de Risco Sísmico para a Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, e abrangeu diversas áreas do Concelho de Almada, tendo a zona do Porto Brandão sido escolhida como cenário de uma das operações de socorro e auxílio simuladas neste âmbito.-----

Considerando a avaliação dos resultados do simulacro tornada pública pelos seus diferentes responsáveis, e particularmente as declarações do Vereador Rui Jorge Martins, responsável pelo Pelouro da Protecção Civil na Câmara Municipal de Almada, vindas a lume na imprensa, as quais colocam em evidência "a necessidade de encontrar alternativas à única via de acesso ao Porto Brandão" hoje existente.-----

Considerando que a área em causa se integra na jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, cabendo àquela entidade, nos termos dos estatutos e da legislação aplicável, não apenas assegurar a gestão e o funcionamento regular da actividade portuária, mas igualmente exercer todas as actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.-----

Considerando que a evidência da necessidade de serem concretizadas alternativas rodoviárias de acesso ao Porto Brandão, tornada clara face a uma hipotética situação de catástrofe natural na sequência da qual se registou o bloqueio total pelo deslizamento de terras da única via de acesso, numa simulação que não considerou, sequer, a ocorrência de eventuais acidentes graves nas instalações da indústria petrolífera localizadas nas imediações do Porto Brandão, é uma realidade identificada há longo tempo pela Câmara Municipal de Almada.-----

Considerando que a existência de uma única via de acesso ao Porto Brandão, bem como as características de utilização pesada que revela, constitui para além de um elevadíssimo risco potencial, e não negligenciável, em situação de catástrofe natural ou provocada, um factor de perturbação muito grave da qualidade de vida dos cidadãos que residem e trabalham na área considerada, e da própria actividade económica aí desenvolvida.-----

Considerando que por iniciativa e proposta da Câmara Municipal de Almada na sequência da identificação da realidade referida, e com o objectivo de dotar a área do Porto Brandão de novos acessos, foram celebrados em 30 de Setembro de 1999 dois protocolos de colaboração,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o primeiro entre a Câmara Municipal e a Administração do Porto de Lisboa, e o segundo entre aquelas entidades e as empresas petrolíferas detentoras de instalações naquela área – Shell, Petrogal e ETC.-----

Considerando que nos termos do Protocolo de Colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa, entre outras matérias que visam a “valorização e requalificação das margens ribeirinhas do Estuário do Tejo sob jurisdição da APL compreendidas na área do Município de Almada” (artigo 1º, nº 1 do Protocolo CMA/APL), se considera como área de intervenção objecto daquele Protocolo a Frente Ribeirinha de Porto Brandão, a construção do acesso marginal entre a Banática e o Porto Brandão, e da estrada de acesso à ETC a partir da estrada nacional 377-1 em Costas de Cão (artigo 3º, alínea d) do Protocolo).-----

Considerando que no quadro do mesmo Protocolo, as duas entidades acordam em “promover em concertação com as empresas petrolíferas Shell, Petrogal e ETC (...) as acções necessárias com vista à execução do acesso marginal entre a Banática e o Porto Brandão bem como ao reordenamento e regularização da Frente Ribeirinha do Porto Brandão de modo a que os tráfegos industriais provenientes ou destinados às empresas petrolíferas ali instaladas se processem com o mínimo de impactos no tráfego urbano e, simultaneamente, assegurem a circulação de pessoas na margem para acesso às águas” (artigo 4º, ponto 1.4 do Protocolo), disposição que deu origem à assinatura do protocolo específico com as referidas empresas petrolíferas e já aqui também ele referido.-----

Considerando que passados mais de nove anos sobre a celebração dos Protocolos de Colaboração em referência, a matéria objecto de acordo de entendimento entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa relativa à dotação da área do Porto Brandão de vias de circulação alternativas à única actualmente existente não teve qualquer desenvolvimento.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 18 de Dezembro de 2008, delibera:-----

1. Reiterar a necessidade urgente de construção das vias de acesso alternativas ao Porto Brandão consignadas no articulado dos Protocolos celebrados entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa e entre estas entidades e as empresas petrolíferas proprietárias de instalações industriais naquela zona do Concelho de Almada.----
2. Exigir ao Governo, através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que exerça e faça exercer as competências próprias definidas por lei à Administração do Porto de Lisboa, entidade que tutela, no sentido de assegurar com a urgência que a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

situação actual aconselha, a execução do acordo celebrado em 30 de Setembro de 1999 entre aquela Administração portuária e a Câmara Municipal de Almada."-----

5.6.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria José Bruno Esteves:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Projectos de Reabilitação da Trafaria -----

A Junta de Freguesia da Trafaria apresentou à Câmara Municipal de Almada, em 2007, dois projectos que visam melhorar a qualidade de vida da população da Trafaria:-----

- Um projecto de reabilitação de um lote de terreno vago na Rua 1^o de Maio, propondo para a ocupação daquele espaço um pequeno jardim urbano e 7 lugares de estacionamento.-----

O referido terreno encontra-se vago há vários anos e consta num estudo camarário - Estudo de Enquadramento Urbanístico da Trafaria - que data de Fevereiro de 1998, como sendo da propriedade da Câmara Municipal de Almada. Actualmente é utilizado por uma estrada principal com habitações com aspecto de traseiras, anexos e estendais.-----

- Um projecto de reabilitação e reconversão total do Mercado Municipal da Trafaria. Do projecto constam trabalhos para a remodelação das instalações sanitárias, da zona de charcutaria e florista, de zonas de venda diversa, de zona de venda de pescado, de acessos, de iluminação superior e de cobertura.-----

Em 2008, a CMA informou apoiar a realização da remodelação apenas da cobertura do Mercado da Trafaria, deixando sem resposta toda a restante obra.-----

- Considerando que a existência de mais um espaço de estacionamento disciplinado será um contributo para resolver os problemas de falta de estacionamento na Freguesia;-----
- Considerando que a Rua em causa confina com equipamentos desportivos e uma Escola e perto da ciclovia em construção;-----
- Considerando que a criação de mais uma área de lazer para a População, tornará a Vila mais bonita e a população mais feliz;-----
- Considerando que o Edifício Municipal reclama obras urgentes;-----
- Considerando que o Projecto Global de Reabilitação do Mercado Municipal deverá ser considerado por razões de segurança, higiene e salubridade daquele espaço;-----
- Considerando que a proposta apresentada pela Junta de Freguesia à CMA visa a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos utentes e das condições de trabalho dos comerciantes.-

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 18 de Dezembro de 2008, propõe:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1. que a CMA leve a sessão de Câmara a proposta de cedência do terreno à Junta de Freguesia da Trafaria para que esta possa desenvolver o projecto e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população da Trafaria;-----
2. que a CMA apoie, em 2009, a restante obra a concretizar no espaço interior do Mercado Municipal."-----

5.6.8 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Tal como tinha sido anunciado no Período Aberto ao Público e na sequência das intervenções proferidas por vários Srs. Munícipes, esta proposta de Moção/Deliberação foi distribuída agora há momentos aos Srs. Deputados Municipais, não foi preparada com antecedência e por isso não foi passada a computador, penso que vale a pena sermos oportunos e actuar de forma rápida perante os testemunhos e as preocupações que são transmitidas a esta Assembleia pela população, e nesse sentido eu passo a ler a Proposta que apresento em nome da CDU à Assembleia Municipal.-----

Moção/Deliberação -----

Fornecimento de Energia Eléctrica na Freguesia da Trafaria - 2º Torrão -----

No Período Aberto ao Público da Sessão de 18 de Dezembro de 2008 da Assembleia Municipal de Almada, vários munícipes, exercendo o seu direito de cidadania e de participação activa na vida do Município, intervieram e dirigiram-se aos Órgãos Autárquicos, dando conta das suas preocupações e da sua indignação, relativamente à situação que até à data vem afectando as suas vidas e o seu bem-estar.-----

Estes munícipes, moradores do Bairro do 2º Torrão, na Freguesia da Trafaria, deram conta à Assembleia Municipal do facto de existirem cortes e interrupções no fornecimento de energia eléctrica às suas habitações, apesar de estarem em vigor os respectivos contratos domésticos, e do serviço em questão continuar a ser pago regularmente ao operador EDP.-----

Considerando tratar-se de uma situação com contornos e impactos evidentes para a população afectada no seu dia-a-dia, tendo sido transmitido de viva voz um testemunho de alerta e preocupação pela própria segurança de pessoas e bens;-----

Considerando o disposto na Lei nº 12/2008, de 26 de Fevereiro (que altera a Lei dos serviços públicos essenciais), que determina que o ónus da prova sobre as obrigações e diligências a cargo dos prestadores de serviços deve incidir sobre estas mesmas empresas;-----

Considerando a informação prestada à Assembleia Municipal por parte deste cidadãos, quanto à ocorrência de prejuízos materiais e outros resultantes de avarias causadas em electrodomésticos pelo corte de energia;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária a 18 de Dezembro de 2008, na sequência do testemunho e do apelo transmitido pelos munícipes, delibera:-----

- 1 - Manifestar a sua preocupação perante os factos relatados quanto aos cortes de fornecimento de energia eléctrica a vários consumidores domésticos, moradores no Bairro do 2º Torrão, na Freguesia da Trafaria;-----
- 2 - Pronunciar-se pela necessidade de uma intervenção das entidades competentes nesta matéria designadamente a EDP, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e o Ministério da Economia/Direcção Geral de Geologia e Energia, no sentido de ser clarificada, atendida e resolvida esta situação de transtorno para as populações."-----

5.6.9 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Eu penso que há aqui uma Proposta que considero bastante oportuna e que pode reforçar algumas diligências que têm vindo a ser feitas. Eu estou a falar das questões Porto Brandão, Banática e Costa de Cão. De facto trata-se de um Protocolo que já foi celebrado em 1999, no seguimento de muitas diligências, de muitos diálogos e com esse Protocolo abriu-se uma luz de esperança que se poderia a partir dali ver concretizada a ligação entre o Porto Brandão e dois territórios e deixarmos de ter um funil naquele território, situação que ficou bem evidente agora com o simulacro realizado há dias. Não há escapatória, aquilo é mesmo um território bastante crítico e de facto importa concretizar as soluções que já estão identificadas há bastante tempo. Tem havido da parte também do Vereador José Gonçalves com a APL, porque foi a APL a entidade que assumiu, ficou com a responsabilidade de desenvolver os projectos, fazer as candidaturas aos Fundos Comunitários e depois a execução reparte-se pela APL, pela Câmara Municipal e por outras entidades. E portanto, a APL tinha que fazer a obra entre o Porto Brandão e a Câmara Municipal com o Projecto da APL e a candidatura aos Fundos Comunitários faria a obra entre o Porto Brandão e Pêra.-----

De facto tem havido muitas mudanças na APL, este Protocolo foi feito no tempo da Presidência da Engenheira Natércia e foi celebrado na altura que era Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Obras Públicas, o Engenheiro Consiglieri Pedroso, de facto ele foi o grande facilitador da elaboração deste Protocolo e desta solução. De facto até hoje as coisas não se concretizaram e estamos na mesma, mas eu queria dizer-vos que no simulacro, eu tive ocasião de acompanhar o Sr. Ministro da Administração Interna, acompanhei-o desde o Centro das Operações Nacionais até ao Porto Brandão e toda a operação que ali aconteceu e tive ocasião de lhe mostrar de uma forma muito detalhada e de contar de uma forma muito exaustiva o que aconteceu em 1996/97 no Porto Brandão, a derrocada que ali aconteceu, a morte das pessoas,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a instabilidade que ali existe relativamente às Arribas e falei-lhe do Protocolo que está põe executar. E tenho prevista uma audiência, ainda não está marcada mas ficou o compromisso, como devem calcular não pude deixar de me emocionar, porque vivi aquele drama até de madrugada e foi das coisas mais terríveis que eu vivi na minha vida de Autarca foi assistir a uma situação em que estavam pessoas mortas debaixo dos escombros, do deslizamento das terras, pessoas entaladas entre a derrocada das terras e frigoríficos e outras coisas, foi de facto uma situação que me marcou profundamente e tive ocasião de mostrar a casa, ainda lá está o sítio e falar ao Sr. Ministro desta situação dramática que aconteceu e da necessidade de este Protocolo que está celebrado ser executado o mais rapidamente possível.-----

Que o simulacro certamente deverá servir para identificar debilidades e virtualidades do Sistema de Protecção Civil também pudesse pôr a urgência de se concretizar o que está protocolado há nove anos. Foi-me prometido que seria recebida e que haveria uma intervenção no sentido de este assunto poder avançar. Portanto eu penso que é oportuno, não está feito, é oportuno que se chame a atenção para uma situação que se arrasta, mas não ficava bem comigo se não partilhasse convosco esta questão, como não foi noutras questões, o que tenho para dizer naturalmente que digo, não escondo nunca a ninguém, seja quem for aquilo que sei e que tem a ver com a vida das nossas populações e o interesse das nossas populações.-----

Esta era a nota que aqui queria deixar e queria partilhar convosco sobre isto.-----

Depois queria dizer-vos que na vida nós vamos vivendo e aprendendo, e como alguém disse também vamos morrendo e aprendendo, também há uma história em que o miúdo dá a sua lição ao avô e o avô diz morrendo e aprendendo.-----

Eu nunca me confrontei ao longo destas anos de Poder Local na minha relação que tenho com todas as Freguesias com a necessidade de uma Moção para se fazer fosse o que fosse, para mim é novidade.-----

Temos um Parque nas Quintinhas, na Charneca de Caparica e portanto tratou-se em diálogo, encontrou-se a solução, cedeu-se à Junta de Freguesia.-----

Obras nos Mercados fazem-se através de Protocolo, está feito na Charneca, fez-se um Protocolo e a Junta de Freguesia executou. Foi feito no Monte um Protocolo e a Junta de Freguesia executou. Fez-se na Costa de Caparica, a Câmara transferiu dinheiro e a Junta de Freguesia executou. Relativamente à Trafaria não se trata de forma diferente, trata de forma igual em relação às outras Freguesias e portanto a Câmara Municipal decidiu à semelhança do que fez com a Costa de Caparica e com as outras Freguesias apoiar a Trafaria nas obras do Mercado. As coisas atrasam-se por razões várias. Que às vezes não serão tão bem explicadas quanto isso, mas o que é verdade é que há uma verba de oitenta mil euros para a Junta de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Freguesia da Trafaria fazer a obra do Mercado. Portanto, é dinheiro, oitenta mil euros eu penso que é dinheiro, é isso que está disponível para que a Junta faça a obra. Depois em relação a este espacinho, eu gostava de dizer que o que nós temos é um estudo feito para a Trafaria, um estudo de remate do núcleo urbano antigo que vai implicar uma nova estrutura urbana, uma área que é construída por oito parcelas, e portanto destas oito parcelas resultará uma nova estrutura urbana que vai também implicar alterações ao Cadastro.-----

A questão de ser da Câmara Municipal não está absolutamente apurado que o seja, é preciso apurar exactamente de quem é aquela propriedade, mas mesmo que o seja o que importa dizer é que são oito parcelas e essas oito parcelas vão dar lugar a uma outra estrutura urbana, com uma via central e naturalmente com um quarteirão devidamente organizado. É isso que é preciso fazer. Agora o que eu acho que seria interessante era que se reclamasse uma área imensa que é propriedade do Estado e que está aqui, que é as Abas da Raposeira. Aquele terreno está a ser objecto de um Plano de Pormenor que a Câmara reclamou ao Governo, aos Governos, que aquele terreno passasse para a Câmara que por sua vez o passaria para a Junta de Freguesia, no sentido de se criar ali um Parque Urbano. A resposta foi: "só com um Plano de Pormenor". Portanto nós andamos uma vida inteira para conseguir chegar aos objectivos. Portanto pedimos o terreno, aquilo está lá, os Pinheiros estão estragados, não se limpa, não sei quê, pede-se para um Parque Urbano, tem que fazer um Plano de Pormenor para poder ter o Parque Urbano. Eu acho que há aqui pouca ambição. Um pedacinho só, porque é da Câmara? Há uma estrutura urbana nova que vai reordenar uma área desqualificada da Freguesia da Trafaria, que passa por oito parcelas privadas, uma que não se sabe se é um resto da Mata Nacional, portanto tem que se esclarecer e é uma coisinha de seiscentos metros quadrados que não está destinado a Jardim, que no âmbito da estrutura urbana tem outros usos absolutamente definidos e foram discutidos com a população aqui na Trafaria. O estudo de remate do núcleo urbano da Trafaria foi aqui discutido com toda a população e portanto foi aprovado como tal e terá o seu desenvolvimento. Neste momento com o trabalho que foi apresentado aos Srs. Deputados Municipais, esse trabalho engloba três áreas. E certamente que terá sido referido penso eu Sr. Vereador, a questão que está em cima da mesa relativamente à entrada na Trafaria. A mim preocupa-me isso profundamente, que é, como é que vai ser a entrada na Trafaria do IC32 se é por túnel, ou se é continuando a atravessar a Trafaria e não dando condições para que esta Vila tenha tranquilidade e tenha um carácter de centro urbano e de Vila amiga das pessoas como deve ter. Portanto, isso não está resolvido e não estando resolvido também é preciso não comprometer o território para soluções que por ventura não aceitem as nossas terão que encontrar outras mais amigáveis



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

relativamente ao território. Portanto, eu quero-vos dizer com toda a franqueza, não tenho qualquer problema em falar, tratar, abordar seja que questão for, considero isto absolutamente despropositado, inoportuno, desadequado e portanto era isto que queria aqui partilhar convosco.-----

Reúno com todos os Presidentes, trato de tudo com todos. Os Vereadores estão disponíveis e portanto meus queridos amigos, passar para a Câmara e para a Junta as Abas da Raposeira, aquele terreno que está ali quando se vai para a Costa, do lado esquerdo, que é uma área muito interessante, muito generosa para criar aqui um Parque Urbano para a Freguesia? Com certeza, mas não nos dão, vamos ter que pagar. Quando chegarmos ao fim do Plano de Pormenor se quisermos ficar com aquele terreno, como é costume em todo o lado, vamos ter que o pagar. Mas cá estaremos se for preciso pagar a população da Trafaria merece um Parque Urbano, naturalmente merecerá que se pague ao Estado aquilo que vier a ser colocado como preço por este terreno. É o que tenho a dizer."-----

5.6.10 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Tecer algumas considerações sobre os documentos que estão aqui em debate. E começava pelos dois documentos sobre o Arsenal do Alfeite dando também informação do acompanhamento que desde o início temos procurado dar a este assunto. Eu próprio e outros elementos do PSD tiveram oportunidade de ir visitar também o Arsenal do Alfeite no tempo em que foi disponibilizado as visitas às instalações e portanto tivemos oportunidade de perceber, para quem ainda não tinha percebido a importância daquele espaço e daquela unidade, não só para Almada, mas sobretudo para o País. Mais do que a questão da importância, do tipo de organização que deve estar subjacente ao funcionamento, aquilo que nós entendemos é que a partir do momento que é fundamental a forma como se opera aquela unidade, a partir do momento que é um acto importantíssimo para o desempenho da função de cidadania e da Defesa Nacional que é desempenhado pela Marinha Portuguesa, a partir do momento que sabemos que o Arsenal do Alfeite tem um desempenho que é competitivo, que é essencial e que reproduz vantagens no serviço que presta, entendemos que é algo que deve merecer também o investimento do Governo. Aquilo que nós não conseguimos entender é como é que neste processo tudo foi feito nas costas dos trabalhadores, e mesmo que no limite a proposta de empresarialização do Arsenal do Alfeite fosse justo, não está agora aqui em questão aquilo que é verdade, aquilo que é verdade é que necessariamente tudo teria que ter passado por uma conversa com todas as partes e no limite nunca poderia ter acontecido aquilo que se passou no dia 25 de Novembro. Porque aquilo que se passou no dia 25 de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Novembro foi um desrespeito para com a classe trabalhadora do Arsenal do Alfeite e a Comissão de Trabalhadores e estou a falar do 25 de Novembro de 2008 (que fique bem ciente) aquilo que se passou no dia 25 de Novembro de 2008 foi um desrespeito para com a Comissão de Trabalhadores, porque ao fim e ao cabo aquilo que aconteceu não foi uma conversa, foi um anúncio, quando devia ter havido durante todo o processo um momento sempre de conjugação de esforços e de conversa no sentido de salvaguardar os interesses do Arsenal do Alfeite. Mas também aconteceu um desrespeito com órgãos de soberania, porque nesse dia ainda não tinha sido comunicado à própria Assembleia da República tudo aquilo que estava a ser programado e decidido pelo Governo. E portanto, mesmo que no limite e não é isso que está aqui em causa pelo menos na nossa análise, a organização que estava prevista para o processo de reorganização do Arsenal do Alfeite fosse justo, não estamos neste caso a tecer essas considerações, todo o processo foi inquinado pela forma como foi conduzido. E por isso, porque entendemos que o Arsenal do Alfeite é fundamental para Almada, porque entendemos que presta um serviço fundamental para a Marinha Portuguesa, porque para além disso entendemos que tem know how para haver uma aposta para outras diversificações de actividade e para expandir a sua acção, porque tem projectos muito interessantes de investimento e projectos muito interessantes que podem ser competitivos a nível internacional. Vamos aprovar as suas Moções que estão aqui a discussão.-----

Sobre a questão e a Moção Almada, o Metro e o Futuro, dizer claramente que concordamos com a parte deliberativa, colocamos algumas reservas em algumas das considerações que estão aqui tecidas. E por isso não encarem o nosso voto favorável da Moção como subscrição de toda a parte de considerandos, porque de modo algum se verifica a nossa concordância. Porque entendemos que efectivamente o Metro Sul do Tejo é um meio de transporte positivo, mas entendemos que neste processo de requalificação urbana de que Almada foi alvo, infelizmente foi a Cidade a ter que se adaptar ao Metro, em vez de se adaptar o Metro à Cidade. E se entendemos que o Metro é um meio de transporte público bom, entendemos que a Cidade não podia ter ficado com constrangimentos subjacentes à introdução do Metro. E entendemos acima de tudo que o espaço público envolvente ao Metro Sul do Tejo não devia ter sido ao fim e ao cabo destruído em muitos dos seus meios essenciais para a vida da nossa população. E mais à frente até porque vamos falar do Plano de Mobilidades eu vou ter ocasião de tratar e apresentar alguns exemplos concretos de como o espaço público de Almada hoje em dia tem mais constrangimentos do que soluções encontradas com a requalificação urbana de que foi alvo esta intervenção. E por isso nas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

questões de considerandos nós entendemos que o Metro é positivo, entendemos que a requalificação do espaço envolvente nem sempre foi conseguida e muitas vezes criou constrangimentos à vida diária da população. Entendemos também que os Fóruns de Participação pode ter sido dada a muita gente de intervir, mas nem sempre foi feito com o respeito por todo o tipo de intervenções e nem sempre foi dada oportunidade a todos de dizerem de forma livre e com o respeito que mereciam todos os cidadãos. Eu próprio testemunhei alguns casos e deixei de participar nesses fóruns em sinal de protesto por essas ocasiões. E por isso iremos aprovar esta deliberação na questão deliberativa que entendemos ser justa. Na questão da mobilidade dizer que também para nós é uma preocupação, iremos votá-la favoravelmente porque deixando esta nota entendemos que os meios de transporte público não podem funcionar de forma independente entre si e hoje em dia não temos uma verdadeira rede de transportes públicos integrada e coordenada, não só em Almada, mas em toda a Área Metropolitana de Lisboa e isso é fundamental. E aquilo que não podemos aceitar é que neste momento os Transportes Sul do Tejo, tentando ancorar de algum modo a sua actividade a partir do momento em que temos um novo meio de transporte a funcionar no Concelho, comecem a criar uma nova rede interna de funcionamento pondo em causa o sistema que deveria funcionar de forma eficaz em todo o Concelho e servindo a população de forma integrada e de forma eficaz. E hoje em dia verdadeiramente não só já não acontecia de forma o mais adequada possível, neste momento ainda piorou a situação e por isso iremos votar também favoravelmente.-----

Sobre a questão da imigração iremos votar favoravelmente. A questão do Porto Brandão também, porque é algo que também entendemos vital. A questão da reabilitação da Trafaria e da Proposta do Partido Socialista dar nota de que para nós são questões que colhem junto do Partido Social Democrata, não iremos particularizar ou envolvermo-nos nesta questão partidária se devia ou não vir aqui. Aquilo que se nos oferece dizer é que queremos que a obra seja feita, porque é algo que fica ao serviço da população. Isto também tem a ver com a última Moção/Deliberação que foi aqui apresentada sobre o 2º Torrão. O 2º Torrão, e eu acho que isto aqui é uma preocupação que todos temos a partir do momento que existe um contrato de serviço público em relação a clientes e como é óbvio se não está a ser cumprido merece-nos a nós repúdio e deve ser reposta essa situação. Mas deixar esta nota de que a questão do 2º Torrão vai muito para além da questão do fornecimento de energia eléctrica. Aquilo que é vital é percebermos como é que no século XXI ainda existem populações a viver naquelas condições. Isto é que é vital nós percebermos. Independentemente de sabermos que aqueles terrenos não são camarários, independentemente de sabermos que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

verdadeiramente aquelas populações deveriam já há muito ter tido ali uma solução, é de uma vez por todas e rapidamente definirmos qual é o caminho, de darmos condições de vida àquela população, qual é o calendário para a sua execução, e garantir que rapidamente estas situações não aconteçam no Concelho de Almada, porque no século XXI não é admissível que populações vivam com aquelas condições. E peço ao Executivo camarário que tenha em atenção que mesmo não sendo responsabilidade directa e sabemos que não é, que não permita que situações destas aconteçam na terra que é de todos nós."-----

5.6.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Francisca Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria:-

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----
Aproveitar também este momento para neste intróito de explicações desejar a todos um Feliz Natal e um bom Ano Novo.-----

A minha intervenção será muito breve e no sentido de esclarecer apenas algumas questões que foram aqui suscitadas a propósito da Moção do PS relativamente ao jardim Urbano e relativamente ao Mercado Municipal. Concordo plenamente com a Sr.^a Presidente de Câmara quando diz que o comportamento é inusitado. Ele de facto é inusitado, mas não é sobejamente despropositado e não é despropositado pelas razões que passarei a esclarecer. É um facto que relativamente ao Jardim Urbano, projecto que data de 2007, ele obteve uma resposta sumária dada pelo Executivo Camarário em 2008, um ano depois de ter sido feito o pedido. Resposta sumária é esta que se bastava apenas com a ideia de que o terreno não tinha a titularidade devidamente esclarecida e que para além de mais havia intenções camarárias para o efeito. Não foram dadas quaisquer outras explicações, sabendo a Junta de Freguesia que relativamente à titularidade do terreno num próprio documento camarário e os documentos camarários são documentos sérios elaborados pelos técnicos, se dizia que a propriedade daquele terreno era da Câmara Municipal. Portanto, meus senhores, relativamente a esta questão é inusitado este comportamento, mas de facto a Junta de Freguesia só consegue ter mais e melhor informação quando estas questões são de facto colocadas em Assembleia Municipal e vêm à Assembleia Municipal. Relativamente ao Mercado Municipal é um facto e é verdade, corresponde à verdade Sr.^a Presidente, que a Junta de Freguesia será financiada para a execução de uma obra para a cobertura do Mercado, mas o projecto apresentado pela Junta de Freguesia, para um edifício que é um edifício municipal que precisa há vários anos de reconversão e de reabilitação não se basta com oitenta mil euros. É um projecto dirá a Sr.^a Presidente ambicioso, é um projecto que está para além daquilo que nós em termos orçamentais podemos de facto suportar, mas é um projecto cuja obra de reconversão necessária urgente e que terá que ser feita naturalmente,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

orça os duzentos mil euros, e a Câmara Municipal disse sim à obra de reabilitação para a cobertura, mas deixou sem resposta a obra concreta de reabilitação total. Fica todo o interior para concretização de obra e quanto a esta questão também não tivemos até a data resposta. Portanto concordamos Sr.^a Presidente, é inusitado o comportamento, mas é necessário e não é despropositado."-----

5.6.12 - O Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Para anunciar por parte do Partido Socialista o nosso comportamento nesta Sessão em relação às Moções que foram apresentadas ou pelo menos a algumas Moções que foram apresentadas. Em relação à Moção apresentada pelo nosso colega Bruno Dias que tem a ver com o problema do corte de electricidade a partir de uma determinada hora, nós naturalmente vamos votar a favor dessa Moção, esta Moção e a denuncia aqui feita por esse cidadão, é uma denúncia séria que põe em causa a qualidade de vida e põe em causa também o nosso conceito de direito de cidadania. Daí naturalmente repudiarmos este comportamento da distribuidora de energia e naturalmente solidarizarmo-nos com o comportamento avançado pela bancada Comunista.-----

Em relação à Moção avançada pela CDU, nomeadamente em relação aos acessos ao Porto Brandão, nós vamos votar a favor da Moção, mas gostaríamos de solicitar ao Executivo Camarário se nos podia fornecer os dois protocolos. O Primeiro Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a Administração do Porto de Lisboa e um segundo Protocolo que é assinado entre a Câmara Municipal e a Administração do Porto de Lisboa, e as outras entidades e as empresas petrolíferas, nomeadamente Shell, Petrogal. Para de facto nós podermos aquilatar do grau de execução destes dois Protocolos. Nós naturalmente não temos qualquer dúvida da veracidade do que é afirmado quer pela bancada quer pela Presidente da Câmara, e por isso vamos solidarizarmo-nos com a vossa iniciativa e gostaríamos de poder contar também com a vossa gentileza de nos poderem mostrar os dois protocolos e por outro lado um relatório sintético do grau de execução. E se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal permite fora da ordem de trabalhos um requerimento verbal a bancada Socialista também aproveitava já que está no uso da palavra, para solicitar também outra gentileza que seriam todos os Protocolos entretanto celebrados pela Câmara Municipal com as várias entidades, e naturalmente também uma minuta rápida do grau de execução desses protocolos. Fica o Requerimento gravado naturalmente e portanto se o Sr. Presidente achar oportuno depois canalizará esse Requerimento para o site respectivo e dará conta oficialmente também ao Executivo Camarário. Finalmente quanto à questão do Arsenal do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Alfeite, nós vamos votar favoravelmente ambas as Moções quer da bancada da CDU quer da bancada do Bloco de Esquerda, não vamos discutir aqui os considerandos, não é isso que para nós é importante, o que para nós é importante era de facto a questão de fundo que é a salvaguarda dos postos de trabalho. Não discutimos se é empresa pública, se é sociedade de capitais públicos, não estamos aqui agora para discutir isso em termos de Tribunal, mas para nós o que é importante é a questão do trabalho e eu gostava também que acompanhassem a Moção avançada pela CDU, nomeadamente neste sentido de que é importante salvaguardar os postos de trabalho. E portanto, para nós o Arsenal é Património da Cidade de Almada, todos nós naturalmente percebemos que é preciso modernizar o Arsenal todos nós sabemos que no tecido almadense a Cidade dispõe de competências universitárias e de centros de tecnologia para naturalmente acudir a essa mesma necessidade, e para nós o que é importante é que de facto o Governo consiga concretizar a salvaguarda dos postos de trabalho. Pela nossa parte é esse o nosso desejo e daí de facto votarmos ao lado quer da bancada da CDU, quer da bancada do Bloco de Esquerda."-----

5.6.13 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----
Relativamente à Moção apresentada pelo PCP/PEV, relativamente a Almada, o Metro e o Futuro, eu gostaria de começar por comentar o seguinte. Há várias coisas que devem ser ditas porque o voto favorável deve ser um voto que devemos estar todos conscientes de quais são as motivações que fazem, o facto de votarmos favoravelmente esta Moção não significa que não haja alguns reparos que devam ser feitos. Em primeiro lugar, que nós saudamos que o MST tenha sido inaugurado na sua plenitude esta sua primeira fase no dia 26 de Novembro. Mas nós temos que registar que o Metro Sul do Tejo foi inaugurado com três anos de atraso. O MST foi inaugurado com três anos de atraso e estes três anos de atraso decorrem de uma atitude e essa atitude custou dinheiro, e custou dinheiro ao bolso dos contribuintes e o Partido Socialista sempre o disse, que esta atitude e esta causa do atraso que decorre do comportamento do Executivo Camarário e que custa setenta milhões de euros ao erário público, destinou-se simplesmente a servir os interesses eleitorais precisamente da Coligação que agora apresenta esta Moção. Mais, esta Moção faz lembrar um pouco aquela tese de recontar a história tão típica de alguns regimes como nós conhecemos que tiravam umas fotografias, punham umas pessoas nalgumas manifestações que não estavam. Para passar a ideia que o Metro Sul do Tejo é uma, esta Moção diz que o Metro Sul do Tejo decorre da luta dos Municípios, eu penso que estão enganados porque o Metro Sul do Tejo decorre de decisões do Governo. Foi o Governo do Partido Socialista que em 1999 lançou o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

concurso público internacional, foi o Governo do Partido Socialista que deixou, o Concurso em fase de Relatório final para adjudicação em 2002 e foi o Governo do Partido Socialista em 2005 que pegou novamente nas obras do Metro Sul do Tejo porque a Câmara Municipal se tinha desentendido com o Governo, e pegou novamente no processo e conseguiu terminar. Agora há um dado que é objectivo e aqui podemos todos discutir as causas e os porquês, é que a obra devia ter começado no dia 12 de Dezembro de 2005, a obra nunca teve paragens excepto quando entrou em Almada em que atrasou três anos.-----

Outra questão. A questão relativamente aos Fóruns de Participação. A questão dos Fóruns de Participação é uma questão que já foi aqui colocada pelo Sr. Deputado Nuno Matias e que aliás o comportamento muitas vezes pouco próprio de alguns responsáveis autárquicos nos demonstram bem que se na Assembleia Municipal reagem assim, nos Fóruns de Participação em que não têm nenhum controle de regras procedimentais é muito pior. E os Fóruns de Participação na realidade acabam por muitas vezes se traduzir e é bom que a Câmara Municipal possa fazer uma análise nesse ponto, porque se os Fóruns de Participação são efectivamente para potenciar a participação dos cidadãos e ouvir de uma forma séria os cidadãos, então os responsáveis autárquicos devem ter atitudes que sejam consentâneas com as suas responsabilidades e potenciarem essa mesma participação. Por exemplo agora uma responsável autárquica, a Presidente da Câmara, está-me aqui a insultar sem ser pelo microfone, nos Fóruns de Participação acredito que deva ser pior. Mais, esta moção acaba por ser aliás bastante, merece um último comentário, é que afinal o Partido Comunista e a sua ligação afinal conseguem reconhecer que este Governo decidiu para o Distrito de Setúbal o novo Aeroporto de Lisboa, a Terceira Travessia sobre o Tejo, a Plataforma Poceirão e o Desenvolvimento do Arco Ribeirinho do Sul. É isso que aqui vem dito na Moção e é verdade embora tentem fazê-lo de uma forma completamente en passant. Por isso Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Moção "Almada, o Metro e o Futuro, é bom que se diga o Metro está feito, o Metro é de todos, o Metro e o Futuro, é bom que se diga o Metro está feito, o Metro é de todos, o Metro custou dinheiro, deu muito trabalho, deu muito trabalho ao Governo, deu muito trabalho às Câmaras, deu muito trabalho a vários cidadãos, e há quem queira utilizar o Metro para a sua campanha eleitoral, mas nós cá estaremos para lembrar que mais uma vez não o deverão poder fazer. Por fim, a Moção relativamente à mobilidade apresentada também pela CDU é absolutamente extraordinária que a mesma bancada que suporta esta maioria camarária fale dos transportes para Pêra, porque é a mesma bancada que suporta uma maioria em que o Vereador responsável pelo Pelouro já tinha reunido com a empresa, com a Presidente de Junta e de repente deixou de considerar sequer o estudo da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

possibilidade de se fazer uma experiência piloto para que houvesse uma comparticipação de cerca de cinco mil euros por mês por parte do Município para que pudesse haver transportes públicos para Pêra É absolutamente surpreendente que seja a CDU a fazê-lo, e gostaria de dizer que nós vamos votar favoravelmente a que possa haver um redesenho das carreiras dos TST e amanhã nesta Sessão vamos ter um debate sobre o Plano de Mobilidade, mas era importante que não estivessem só preocupados com alguns caos, é preciso que estejamos preocupados por exemplo sobre se um habitante da Trafaria apanhar um autocarro para Cacilhas, sobre se pode continuar a fazê-lo directamente ou se terá que fazer obrigatoriamente um transbordo. E essas são questões que eram importantes que se pronunciassem.-----

Devo, para concluir, dizer que nós votaremos favoravelmente as Moções, mas são duas Moções que são pouco sérias e muito demagógicas."-----

5.6.14 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Procurando ser breve, não indo ao folhetim do Metro porque a história está aí, está a demonstrar o que é verdade e o que não é verdade, e eu queria apenas deixar aqui sobre esta questão da Moção de Projectos de Reabilitação da Trafaria, a intervenção da Sr.^a Presidente da Junta. Não gosto que estas questões suscitem qualquer tipo de problemas nas relações interinstitucionais e comigo não provocam absolutamente e seguramente, mas acho que há aqui qualquer coisa de muito atípico neste processo. A Sr.^a Presidente da Junta dirige-se em 26 de Junho de 2007 à Sr.^a Arquitecta Cristina Fonseca que é uma técnica da Câmara Municipal e não a qualquer eleito. E a Sr.^a Presidente diz assim: "Excelentíssima Senhora venho por este meio apresentar-lhe um anteprojecto de um Jardim a implementar na Rua 1^o de Maio. Pensou o Executivo desta Junta de Freguesia que ao implementar um Jardim neste terreno seria uma boa maneira de requalificar o espaço criando ordenamento, acabando esta zona para vazadouro de lixo e entulhos. Pedia-lhe Sr.^a Arquitecta a sua melhor sensibilidade e compreensão ajudando-nos na construção e aconselhamento técnico que entender por bem. Muito grata, apresento os melhores cumprimentos." E portanto não se dirige aos eleitos, a Sr.^a Presidente da Junta, isto é perfeitamente atípico. Não se dirige aos eleitos e depois vem dizer que a Câmara Municipal não lhe respondeu num prazo razoável. O que é que esta técnica fez? Dirigiu-se aos serviços que têm exactamente a responsabilidade da qualificação urbana na Câmara Municipal, obteve a resposta que os serviços lhe deram e respondeu da mesma forma à Junta de freguesia. Foi-lhe feita uma pergunta e a Sr.^a Arquitecta responde à Junta e diz: "Serve o presente para enviar a Vossa Excelência, que da informação recolhida



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

junto da Divisão de qualificação urbana, que iria desenvolver a proposta de intervenção a parcela de terreno em análise não tem a titularidade da propriedade completamente esclarecida." Portanto está dito, não há dúvida. Depois a este facto acresce que "De acordo com o estudo de remate do núcleo urbano antigo da Trafaria, consubstanciado no estudo de enquadramento estratégico já aprovado em reunião de Câmara, desenvolvido pela Divisão de Estudos e Planeamento, está previsto a construção neste local. Em virtude do exposto consideramos não estarem reunidas as condições para seguimento do solicitado, pelo que remetemos a vossa análise e consideração a informação disponível sobre o assunto."-----
Portanto isto não foi tratado como devia ser, porque os eleitos tratam com eleitos, foi tratado com um técnico. O técnico obteve a informação junto dos serviços e mandou à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia. E portanto assunto arrumado.-----
Eu reúno de dois em dois meses com os Srs. Presidentes das Juntas e volto a repetir e não quero entrar noutra tipo de considerações sobre isto. Mas eu também gostava de dizer que também em 2007 quando estávamos a tratar relativamente à elaboração do Plano e do Orçamento para 2008, a questão dos Mercados foi colocada. E foi assumido com a Junta de Freguesia da Costa de Caparica e com a Junta de Freguesia da Trafaria oitenta mil euros para obras de qualificação dos Mercados, a Junta de Freguesia da Costa fez o trabalho, achou que conseguia, e fez, e está lá. A Junta de Freguesia da Trafaria achou que era pouco e não fez nada. E portanto, quer dizer, desculpem mas não vale a pena atirar os problemas para cima dos ombros dos outros. Cada um de nós tem as responsabilidades que tem e tem que assumir as suas responsabilidades, e estou a colocar isto porque está aqui a Sr.^a Presidente, interveio e eu naturalmente não posso ficar calada, porque se fico calada fico com problemas em cima dos eleitos da Câmara e não pode ser, porque não é verdade, certo? Nós fizemos Protocolos para a conservação dos muros, para a conservação dos bancos, dos corrimões, das baías, dos balaústres, assinámos antes do Verão com todas as Juntas de Freguesia os Protocolos. Com a Junta de Freguesia da Trafaria só em Outubro deste ano foi possível levar à Câmara a Proposta para celebração do Protocolo. Quer dizer, foi por nossa culpa? Todos fizeram, então mas como é? Há aqui um problema? Mas que problema é este? A Junta de Freguesia da Trafaria tem que analisar como é que funciona. Agora não pode é colocar na Câmara Municipal responsabilidades que a Câmara não tem e que derivam da sua forma de funcionamento."-----

5.6.15 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sr. Presidente, nós vamos também dar o nosso sentido de voto, nós tínhamos relativamente a esta Moção da Trafaria, tínhamos algumas perguntas para fazer, mas queremos dizer que estamos perfeitamente esclarecidos mas também siderados com o comportamento e com o estilo de trabalho desta Junta de Freguesia e portanto não fazemos mais perguntas e votamos contra.-----

Ainda cá está com certeza muita gente da Trafaria que julgará o que acabou de dizer e que julgará o comportamento aqui nesta Assembleia.-----

Relativamente às Moções do Bloco de Esquerda votaremos favoravelmente. Já agora também, não é porque consideramos, costuma-se dizer quem cala consente, nós não consentimos mas não discutimos porque não utilizamos as mesmas regras para a discussão daquilo que devia ser uma discussão séria, elevada na forma de fazer política na Administração Local e portanto o Sr. Deputado Mendonça Mendes não merece da nossa parte qualquer argumentação."-----

5.6.16 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Jorge Fernandes - Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

É apenas uma nota muito breve sobre as Moções, normalmente não intervenho, até pelo estatuto que tenho, naturalmente de Presidente de Junta, entendo que as situações relativamente à Junta de Freguesia, as preocupações da minha Junta são tratadas noutros fóruns, mas há aqui uma questão relativamente a duas Moções, nomeadamente a que tem a ver com a Mobilidade e com a do Metro que não poderia deixar de fazer uma pequena interpelação e nomeadamente um pedido de rectificação ou de acrescento à bancada da CDU. Da Mobilidade fala-se aqui de dois exemplos sobre a Trafaria, mas como são meros exemplos, todavia também incluir alguns da Charneca de Caparica, as dificuldades de transporte quer em vale Cavala, na Aroeira, nas Quintinhas ficariam aqui também como exemplo, todavia o que interessa é de facto a conclusão e essa subscrevo inteiramente.-----

Quanto à questão do Metro e de Almada naturalmente falta aqui a Charneca de Caparica. Entendo de facto que com tantos apelos que estão aqui e até se me permite são apelos de borla, isto é para pedir apenas que o Governo tenha intervenções aqui nomeadamente na extensão do Metro, quer à Costa, Trafaria, Almada nascente e porque inclusivamente a própria Câmara Municipal, alguns Vereadores já assumiram isso e julgo que também a Sr.^a Presidente, não sei se estou enganado, se estou peço desculpa, mas que a Charneca de Caparica seria também uma zona quer pela sua densidade populacional, quer pela sua dimensão, faria todo o sentido que o Metro ali fosse e portanto aquilo que eu pedia era que a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

CDU nesta Moção a ser aprovada na Assembleia Municipal incluisse aqui também a Charneca de Caparica como zona a ser privilegiada pelo Metro Sul do Tejo."-----

5.6.17 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Eu só queria deixar a seguinte nota, nós estamos a falar de questões distintas, portanto a CDU falará por si, mas eu considero que era importante intervir no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Junta. Porquê? Nós no Plano Director Municipal temos traçados para o Metro Sul do Tejo. temos o traçado à Costa, temos o traçado à Trafaria, e no âmbito do Plano Almada nascente também temos o traçado, portanto como sabe a área da Lisnave não ficou no Plano Director Municipal, mas foi feito o Plano de Urbanização e também está considerado o traçado. Portanto, o que se está a colocar é relativamente àquilo que já está estudado e que já está consagrado em instrumentos de gestão territorial que o Governo priorize a execução, nós aprovámos ontem na Câmara Municipal o relatório para a revisão do Plano Director Municipal e os objectivos de desenvolvimento que serão discutidos, portanto não é ainda chegar ao fim. É o início de um processo e portanto de acordo com a Lei nós temos que elencar um conjunto de objectivos de desenvolvimento, além de questões e portanto no conjunto desses objectivos que elencamos há um que nós colocamos que é exactamente o alargamento da rede do metro e deixamos duas referências em termos de prioridade objectivas à Charneca e à Sobreda.-----

Dizemos que é preciso estudar a extensão da rede, dentro dos objectivos de desenvolvimento, um deles é estender a rede de Metro e portanto consagrar na nova Proposta de Plano Director, na Revisão de Plano Director os traçados, essa extensão e referimos objectivamente que se deve priorizar, dar particular atenção à Charneca e à Sobreda. Portanto era isto que eu gostava de deixar aqui."-----

5.6.18 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Perante a explicação que a Sr.^a Presidente da Câmara dá e percebendo que não é antagónico com o objectivo, eu acho que é de considerar a introdução também dentro dos parâmetros que a Sr.^a Presidente aqui colocou. Portanto, isto é, nós estamos a fazer uma Moção que está a colocar aquilo que está adquirido, podemos também pôr como nota a necessidade de aprofundar o estudo com vista em termos de futura expansão. Portanto sim, da nossa parte consideramos. Também acordo com a alteração da Moção sobre a Mobilidade"-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 5.7 – Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate e passou-se à votação dos documentos.-----
- 5.7.1 - A Moção/Deliberação apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Helder Viegas sobre Governo PS dá mais um passo para a privatização do Arsenal do Alfeite, foi aprovada por unanimidade.-
- 5.7.2 - A Moção/Deliberação apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira Em defesa do sector Público da Construção Naval e dos Direitos dos Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.7.3 - A Moção/Deliberação apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Cristina sobre Almada o Metro e o Futuro, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.7.4 - A Moção/Deliberação apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Helena Oliveira sobre Direitos iguais para todos e todas!, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.7.5 - A Moção/Deliberação apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos sobre Mobilidade um Direito de Cidadania, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.7.6 - A Moção/Deliberação apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro sobre Acessos ao Porto Brandão, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.7.7 - A Moção/Deliberação apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Maria José Bruno Esteves sobre Projectos de Reabilitação da Trafaria, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), dezasseis votos a favor (de eleitos do PS e PSD, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Trafaria, Charneca de Caparica e Costa de Caparica) e duas abstenções (de eleitos do BE).-----
- 5.7.8 - A Moção/Deliberação apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Bruno Dias sobre Fornecimento de Energia Eléctrica na Freguesia da Trafaria - 2º Torrão, foi aprovada por unanimidade.-----
- 6 – Não havendo mais pedidos de palavra e considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal decidiu interromper os trabalhos realizando-se dia 19 de Dezembro a segunda reunião.-----
- 7 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----
- 7.1 - Foi aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----
- 8 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr.ª Miguel Ribeiro (Boletim Municipal da Câmara Municipal); e o Sr. Fernando Fitas (Noticias de Almada); e de sessenta e três Srs. Munícipes.-----
- 9 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores José Manuel Raposo Gonçalves; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

António Pedro Roque da Visitação Oliveira; António Francisco Salgueiro; Carlos Manuel Coelho Revés e António José de Sousa Matos.-----

10 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H05 do dia 19 de Dezembro de 2008.-----

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____